

Coordenação-Geral de Contabilidade



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

4º TRIMESTRE DE 2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



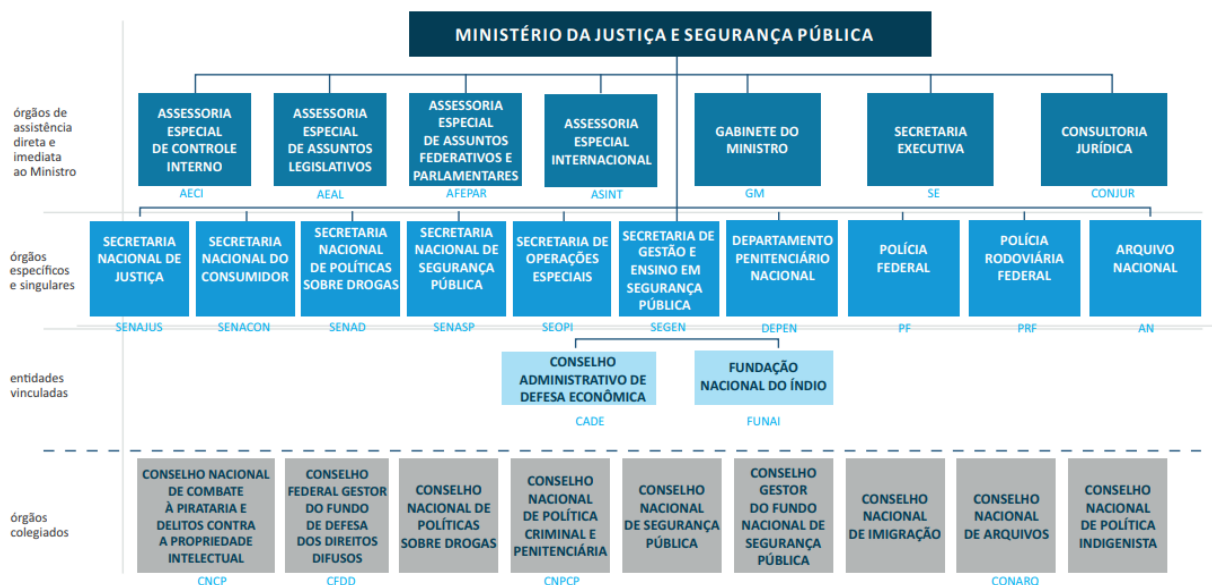
31 de janeiro de 2022.

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP	8
GESTÃO CONTÁBIL	9
Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP	9
Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	9
Registro Mensal da Conformidade Contábil	10
Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras	10
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	10
Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes	10
Tomada de Contas Especial	11
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS.....	12
Balanco Patrimonial.....	12
Demonstrações das Variações Patrimoniais	14
Balanco Orçamentário.....	16
Balanco Financeiro	18
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	22
NOTAS EXPLICATIVAS	23
Nota 01 – COVID-19.....	23
Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	24
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP	26
Nota 04 – Bens Móveis – BP	28
Nota 05 – Bens Imóveis – BP.....	29
Nota 06 – Amortização Acumulada de Softwares - BP	34
Nota 07 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP	34
Nota 08 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP	36
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	38
Nota 10 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – DVP	41
Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP.....	42
Nota 12 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – DVP	43
Nota 13 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	45
Nota 14 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	45
Nota 15 – Resultado Orçamentário – BO.....	46
Nota 16 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	47
Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF	49
Nota 18 – Segurança Pública - DFC	50
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	51
Nota 20 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	53

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 9.662/2019](#), alterado pelos [Decreto nº 10.365/2020](#) e [Decreto nº 10.379/2020](#). É composto por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos específicos e singulares, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cuja estrutura organizacional vigente é a seguinte:



O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001](#), é gerido pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994](#), é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen;
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultado, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis - Direc (instituída pela [Portaria nº 821, de 31 de outubro de 2019](#)).

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 8ª edição e o Manual SIAFI, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. Balanço Orçamentário – BO.
- Balanço Financeiro – BF.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.
- Notas Explicativas – NE.

Em observância à Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, em seu Anexo I, no qual estão relacionadas as Unidades Prestadoras de Contas – UPCs do MJSP, para fins de consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2021, cumpre destacar que, devido a limitações do SIAFI, não foi possível extrair as demonstrações contábeis do MJSP sem espelhar as UPCs FUNAI e CADE. No entanto, nas notas explicativas apresentadas, onde houve composição de saldos mais relevantes, foram segregados os valores das contas contábeis por órgão, com o fim de melhor adaptação deste relatório às regras de consolidação estabelecidas para Relatório de Gestão do exercício de 2021.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;

- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP

Esta declaração refere-se à conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, do MJSP, encerradas em 31 de dezembro de 2021, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI.

Declaro que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, refletindo a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de acordo com a Lei 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto no tocante ao assunto a seguir mencionado:

Bens móveis

Durante o exercício de 2021 foram empreendidos esforços voltados ao aprimoramento da evidenciação patrimonial, em especial no tocante aos bens móveis. Com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - Siads nas unidades deste MJSP (exceto na PF e PRF), o maior desafio passou a ser a compatibilização dos saldos incorporados com a real posição dos bens.

Considerando a rotina de unidades que realizam aquisições voltadas a doações e distribuições e o passivo histórico referente a registros pendentes de confirmação física por inventário, constata-se que essas situações não estão adequadamente representadas nas contas contábeis. Verifica-se uma incompatibilidade de saldos relevantes, que representam 13% do total do Ativo das UPCs analisadas.

Nesse contexto, conclui-se que existe distorção relevante nos valores registrados em bens móveis, ao tempo em que se verifica a falta de realização dos procedimentos de avaliação patrimonial desses bens, não sendo possível atestar o saldo financeiro desse grupo de contas.

Brasília-DF, 03 de março de 2022.

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública

CRC nº 021.289/O-9

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a STN do ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no SIAFI, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão SuperiorMJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP** Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN* Arquivo Nacional – AN	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*	

*Órgãos subordinados que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

**A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, é operacionalizada pela Segen, conforme Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Como resultado da Conformidade Contábil, foram elaborados com periodicidade mensal os relatórios de conformidade, que contém o registro formal das inconsistências e dos erros detectados na informação contábil. Neles foram descritos os grupos de contas mensalmente analisados, indicando se estão em conformidade com a legislação vigente, evidenciando erros, distorções e alertas. Representaram o trabalho de controle e supervisão desta Unidade Setorial de Contabilidade em relação às suas unidades gestoras.

Durante o exercício de 2021, foram emitidos 580 relatórios, referentes a 49 Unidades Gestoras Executoras – UGs no SIAFI, subordinadas diretamente a esta setorial.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

O atendimento e apoio técnico às UGs de despesa no MJSP ocorreram em caráter permanente, durante todo o exercício financeiro de 2021, resultando no atendimento de todas as demandas de natureza contábil ocorridas no ano. Esse suporte é viabilizado principalmente por: contato telefônico; mensagens via sistema SIAFI; e-mail; e processo SEI.

A CGCONTAB realizou o acompanhamento direto de 49 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 14 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 14 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades; e
- do CADE, com 1 unidade;

No exercício de 2021, foram encaminhadas 1.952 mensagens pelo SIAFI, contendo alertas e orientações às UGs.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

Em 2021, foram elaboradas 4 Notas Explicativas, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2020 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2021

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

É realizado o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes: CIPI (Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal), SIADS (Estoque, Intangível, Patrimônio), SIAFI (Homologação, Operacional, Web, Tesouro Gerencial), SIASG (Compras, Contrato, ETPdigital, Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, SCP), Sistema de Informações Banco Central – SISBACEN (banco de dados do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin), SENHA-REDE (Hod, Reuse) e Plataforma +Brasil (TDL, TFF).

Foram realizados 6.015 atendimentos durante o exercício de 2021, referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes. O encaminhamento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: CADE, FUNAI, AN, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

A CGCONTAB tem atuação nos processos de Tomada de Contas Especiais – TCE, efetuando registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos débitos e realizando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

No exercício financeiro de 2021, foram realizados 62 registros contábeis referentes a processos de TCE, reconhecendo valores relativos à apuração do dano ao erário dos agentes qualificados na instauração da TCE e do reconhecimento do direito a receber, após o julgamento do TCU.

A apuração dos valores dos débitos, sob os quais incidam atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada pelo Sistema de Atualização de Débitos do TCU.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		6.711.987	8.122.783
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	4.572.510	6.404.276
Créditos a Curto Prazo		1.967.920	1.615.613
Demais Créditos e Valores		1.967.920	1.615.613
Estoques		171.557	102.894
ATIVO NÃO CIRCULANTE		268.775.118	228.132.812
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.866.966	2.301.315
Créditos a Longo Prazo	03	2.866.966	2.301.315
Dívida Ativa Não Tributária		3.167.656	2.477.930
Demais Créditos e Valores		1.030.896	898.558
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.331.586)	(1.075.172)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		265.568.365	225.577.031
Bens Móveis		3.392.312	3.110.840
Bens Móveis	04	4.546.027	4.155.244
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.153.715)	(1.044.403)
Bens Imóveis	05	262.176.053	222.466.191
Bens Imóveis		262.217.139	222.505.998
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(41.086)	(39.807)
Intangível		339.765	254.443
Softwares		339.747	254.425
Softwares	06	359.401	265.479
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(19.654)	(11.054)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
TOTAL DO ATIVO		275.487.105	236.255.595
PASSIVO	NE	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		1.180.491	1.182.489
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	07	819.513	838.536
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		63.697	8.017
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		4	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		65.029	-
Provisões a Curto Prazo		805	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		231.445	335.937
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		413	2.931
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		239	1.265
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		134	1.626
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.180.904	1.185.420

Fonte: Siafi.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		274.306.201	235.070.175
Demais Reservas		5.584	2.205
Resultados Acumulados		274.300.617	235.067.971
Resultado do Exercício		153.549.612	119.912.879
Resultados de Exercícios Anteriores	08	235.067.971	114.999.485
Ajustes de Exercícios Anteriores		(114.315.965)	155.606
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		275.487.105	236.255.595

Fonte: Siafi.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		09			
ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro	4.572.639	6.404.397	Passivo Financeiro	4.662.241	4.718.882
Ativo Permanente	270.914.466	229.851.198	Passivo Permanente	185.992	302.698
			Saldo Patrimonial	270.638.872	231.234.015

Fonte: Siafi.

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	31/12/2021	31/12/2020	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		317.637	269.898	
Atos Potenciais Ativos		317.637	269.898	
Garantias e Contragarantias Recebidas		257.973	211.552	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		59.582	58.265	
Direitos Contratuais		82	82	
TOTAL		317.637	269.898	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	31/12/2021	31/12/2020	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		5.288.386	4.905.343	
Atos Potenciais Passivos		5.288.386	4.905.343	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.483.280	2.622.909	
Obrigações Contratuais		2.805.078	2.282.405	
TOTAL		5.288.386	4.905.343	

Fonte: Siafi.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(1.941.023)
Recursos Vinculados	83
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	133.083
Previdência Social (RPPS)	(108)
Dívida Pública	(27.672)
Alienação de Bens e Direitos	37.144
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.708.673
Outros Recursos Vinculados	1
TOTAL	(89.602)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		567.489	472.143
Impostos		-	800
Taxas		567.489	471.344
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		164.790	67.780
Venda de Mercadorias		6	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		164.784	67.779
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		370.516	149.433
Juros e Encargos de Mora		3.092	3.459
Variações Monetárias e Cambiais		86	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		367.337	145.974
Transferências e Delegações Recebidas		60.473.643	58.050.252
Transferências Intragovernamentais		55.070.169	57.530.334
Outras Transferências e Delegações Recebidas		5.367.474	519.918
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10	168.411.193	118.419.298
Reavaliação de Ativos		158.005.836	117.538.606
Ganhos com Alienação		77.885	54.148
Ganhos com Incorporação de Ativos		10.143.291	769.508
Ganhos com Desincorporação de Passivos		184.181	57.036
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.198.559	1.515.799
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		535	(291)
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.198.023	1.516.090
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		232.150.189	178.674.704

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos	11	7.940.408	7.859.567
Remuneração a Pessoal		6.040.968	6.038.890
Encargos Patronais		1.436.459	1.388.763
Benefícios a Pessoal		374.053	368.929
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		88.929	62.985
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.572.957	4.425.157
Aposentadorias e Reformas		3.340.010	3.209.778
Pensões		1.134.238	1.116.445
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		98.709	98.934
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.326.799	2.119.895
Uso de Material de Consumo		251.226	378.300
Serviços		1.831.473	1.512.706
Depreciação, Amortização e Exaustão		244.100	228.889
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		165.538	93.567
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		3	-
Juros e Encargos de Mora		445	836
Variações Monetárias e Cambiais		3	5
Descontos Financeiros Concedidos		165.087	92.726
Transferências e Delegações Concedidas		50.115.229	41.409.610
Transferências Intragovernamentais		43.045.203	38.973.720
Transferências Intergovernamentais		1.509.513	1.804.125
Transferências a Instituições Privadas		-	1
Transferências ao Exterior		14.884	16.669
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	114
Outras Transferências e Delegações Concedidas		5.545.629	609.982
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12	13.379.019	2.770.948
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		6.512.363	1.853.367
Perdas com Alienação		3.138	1.055
Perdas Involuntárias		12.927	10.002
Incorporação de Passivos		66.266	14.252
Desincorporação de Ativos		6.784.325	892.273
Tributárias		3.387	3.288
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.536	2.257
Contribuições		851	1.031
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		96.416	84.793
Premiações		16	-
Incentivos		237	16
Subvenções Econômicas		3.433	-
Constituição de Provisões		805	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		91.925	84.777
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		78.600.577	58.761.825
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		153.549.612	119.912.879

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

31/12/2021
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		3.613.931	3.613.931	4.835.639	1.221.708
Receitas Tributárias		332.663	332.663	397.242	64.579
Taxas		332.663	332.663	397.242	64.679
Receitas de Contribuições		479	479	318	(161)
Contribuições Sociais		479	479	318	(161)
Receita Patrimonial		1.603.824	1.603.824	2.200.391	596.567
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		177	177	194	17
Valores Mobiliários		38.042	38.042	367.461	329.419
Demais Receitas Patrimoniais	13	1.565.605	1.565.605	1.832.737	267.132
Receitas de Serviços		45.754	45.754	164.521	118.767
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		45.754	45.754	164.521	118.767
Outras Receitas Correntes		1.631.212	1.631.212	2.073.167	441.955
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14	1.524.160	1.524.160	1.785.781	261.621
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		693	693	2.257	1.565
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		95.260	95.260	268.619	173.359
Demais Receitas Correntes		11.100	11.100	16.510	5.410
RECEITAS DE CAPITAL		6.531.910	6.531.910	6.111	(6.525.799)
Operações de Crédito		6.502.134	6.502.134	-	(6.502.134)
Operações de Crédito Internas		6.502.134	6.502.134	-	(6.502.134)
Alienação de Bens		-	-	6.111	6.111
Alienação de Bens Móveis		-	-	6.111	6.111
Transferências de Capital		29.776	29.776	-	(29.776)
SUBTOTAL DE RECEITAS		10.145.841	10.145.841	4.841.749	(5.304.092)
DÉFICIT	15	-	-	12.601.463	12.601.463
TOTAL		10.145.841	10.145.841	17.443.213	7.297.372
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	618.775	-	(618.775)
Superávit Financeiro		-	283.015	-	-
Créditos Cancelados		-	335.760	-	-

Fonte: Siafi.

31/12/2021
R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		15.427.983	15.456.861	15.232.928	14.540.013	13.680.718	223.933
Pessoal e Encargos Sociais	16	11.931.373	12.060.065	11.930.724	11.916.725	11.160.585	129.341
Outras Desp. Correntes		3.496.611	3.396.796	3.302.205	2.623.288	2.520.132	94.591
DESPESAS DE CAPITAL		1.644.087	2.233.985	2.210.284	748.507	742.807	23.701
Investimentos		1.641.392	2.232.200	2.208.955	748.507	742.807	23.245
Inversões Financeiras		2.695	1.329	1.329	-	-	456
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		656.137	656.137	-	-	-	656.137
TOTAL		17.728.207	18.346.983	17.443.213	15.288.520	14.423.525	903.770

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados31/12/2021
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		236.224	701.570	493.487	490.664	192.587	254.543
Pessoal e Encargos Sociais		11.631	19.786	12.953	12.399	10.158	8.320
Outras Despesas Correntes		224.594	681.785	480.535	477.726	182.429	246.223
DESPESAS DE CAPITAL		1.185.261	1.713.132	1.464.982	1.427.212	172.434	1.298.747
Investimentos		1.183.531	1.713.106	1.464.982	1.427.212	170.704	1.298.747
Inversões Financeiras		1.730	26	-	-	1.730	26
TOTAL		1.421.485	2.414.702	1.958.470	1.917.876	365.021	1.553.290

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados31/12/2021
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		3.429	777.651	777.181	1.625	2.275
Pessoal e Encargos Sociais		12	723.070	722.776	270	36
Outras Despesas Correntes		3.417	54.581	54.405	1.355	2.238
DESPESAS DE CAPITAL		51.614	13.043	21.879	163	42.616
Investimentos		51.614	13.043	21.879	163	42.616
TOTAL		55.044	790.695	799.060	1.787	44.891

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Orçamentárias		4.841.749	3.920.021
Vinculadas		5.073.985	4.116.488
Seguridade Social (Exceto Previdência)		35.830	48.454
Alienação de Bens e Direitos		10.518	908
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		5.027.638	4.067.125
Recursos a Classificar		-	1
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(232.236)	(196.468)
Transferências Financeiras Recebidas	17	55.064.488	57.530.323
Resultantes da Execução Orçamentária		51.322.906	53.538.131
Cota Recebida		16.875.392	19.561.738
Repasso Recebido		16.453.746	18.893.747
Sub-repasso Recebido		14.984.900	15.050.981
Repasso Devolvido		3.007.531	21.663
Sub-repasso Devolvido		1.336	10.002
Independentes da Execução Orçamentária		3.741.583	3.992.192
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.065.832	3.576.568
Demais Transferências Recebidas		132.340	59.073
Movimentação de Saldos Patrimoniais		542.340	356.551
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.071	-
Recebimentos Extraorçamentários		3.087.147	3.252.519
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		864.995	777.097
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.154.693	2.414.702
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		66.356	60.579
Outros Recebimentos Extraorçamentários		-	142
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	13
Restituições a Pagar		1.068	43
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		34	3
DARF - SISCOMEX		0	-
Demais Recebimentos		-	83
Saldo do Exercício Anterior		6.404.276	2.354.988
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.404.276	2.354.988
TOTAL		69.397.661	67.057.851

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Orçamentárias		17.443.213	17.695.888
Ordinárias		11.027.977	5.539.641
Vinculadas		6.415.235	12.156.247
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.740.819	1.406.738
Previdência Social (RPPS)		1.647.990	2.029.603
Dívida Pública		-	4.412.431
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.026.219	4.307.475
Outros Recursos		207	-
Transferências Financeiras Concedidas	17	43.022.221	38.973.454
Resultantes da Execução Orçamentária		37.569.858	34.053.041
Repasso Concedido		16.487.685	18.943.563
Sub-repasso Concedido		14.984.900	15.050.981
Cota Devolvida		3.088.419	26.832
Repasso Devolvido		3.007.518	21.663
Sub-repasso Devolvido		1.336	10.002
Independentes da Execução Orçamentária		5.452.363	4.920.414
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.196.594	2.451.850
Demais Transferências Concedidas		194.646	36.019
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.060.052	2.432.545
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.071	-
Pagamentos Extraorçamentários		4.359.717	3.984.232
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		799.060	841.417
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.917.876	1.549.877
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		59.962	54.390
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.582.818	1.538.548
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		21	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.564.365	1.538.536
Valores Compensados		8	12
Demais Pagamentos		18.424	-
Saldo para o Exercício Seguinte		4.572.510	6.404.276
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.572.510	6.404.276
TOTAL		69.397.661	67.057.851

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(788.766)	4.931.518
INGRESSOS		59.967.586	61.510.866
Receita Tributária		397.242	329.941
Receita de Contribuições		318	440
Receita Patrimonial		1.832.930	1.726.914
Receita de Serviços		164.521	67.463
Remuneração das Disponibilidades		367.461	138.135
Outras Receitas Derivadas e Originárias		2.073.167	1.656.944
Transferências Recebidas		-	(1)
Outras Transferências Recebidas		-	(1)
Outros Ingressos Operacionais		55.131.947	57.591.030
Ingressos Extraorçamentários		66.356	60.579
Restituições a Pagar		1.068	43
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		34	3
Transferências Financeiras Recebidas		55.064.488	57.530.323
DARF - SISCOMEX		0	-
Demais Recebimentos		-	83
DESEMBOLSOS		(60.756.352)	(56.579.348)
Pessoal e Demais Despesas		(13.152.334)	(12.806.863)
Judiciário		(300)	-
Essencial a Justiça		(44)	-
Administração		(195.493)	(180.783)
Segurança Pública	18	(7.921.304)	(7.619.772)
Assistência Social		(75)	-
Previdência Social		(4.492.152)	(4.461.089)
Saúde		(1)	-
Trabalho		(207)	1.538.536
Educação		(1.374)	(9)
Cultura		(72)	(136)
Direitos da Cidadania		(398.027)	(419.636)
Gestão Ambiental		(9.314)	-
Transporte		(165)	-
Encargos Especiais		(133.784)	(125.450)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		(21)	13
Transferências Concedidas		(2.939.037)	(3.206.093)
Intergovernamentais		(1.491.244)	(1.795.255)
A Estados e/ou Distrito Federal		(1.455.265)	(1.769.289)
A Municípios		(35.979)	(25.966)
Intragovernamentais		(1.420.317)	(1.385.018)
Outras Transferências Concedidas		(27.476)	(25.821)
Outros Desembolsos Operacionais		(44.664.981)	(40.566.393)
Dispêndios Extraorçamentários		(59.962)	(54.390)
Transferências Financeiras Concedidas		(43.022.221)	(38.973.455)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(1.564.365)	(1.538.536)

Valores Compensados		(8)	(12)
Demais Pagamentos		(18.424)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.043.000)	(882.230)
INGRESSOS		6.111	184
Alienação de Bens		6.111	184
DESEMBOLSOS		(1.049.111)	(882.414)
Aquisição de Ativo Não Circulante	19	(965.591)	(838.452)
Outros Desembolsos de Investimentos		(83.520)	(43.962)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.831.766)	4.049.288
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.404.276	2.354.988
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		4.572.510	6.404.276

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	159.286	-	-	159.286
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(296)	(3.680)	-	-	(3.977)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	119.912.879	-	-	119.912.879
Saldo Final do Exercício 2020		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(114.316.965)	-	-	(114.316.965)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	3.379	-	-	-	3.379
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	153.549.612	-	-	153.549.612
Saldo Final do Exercício 2021	20	-	-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

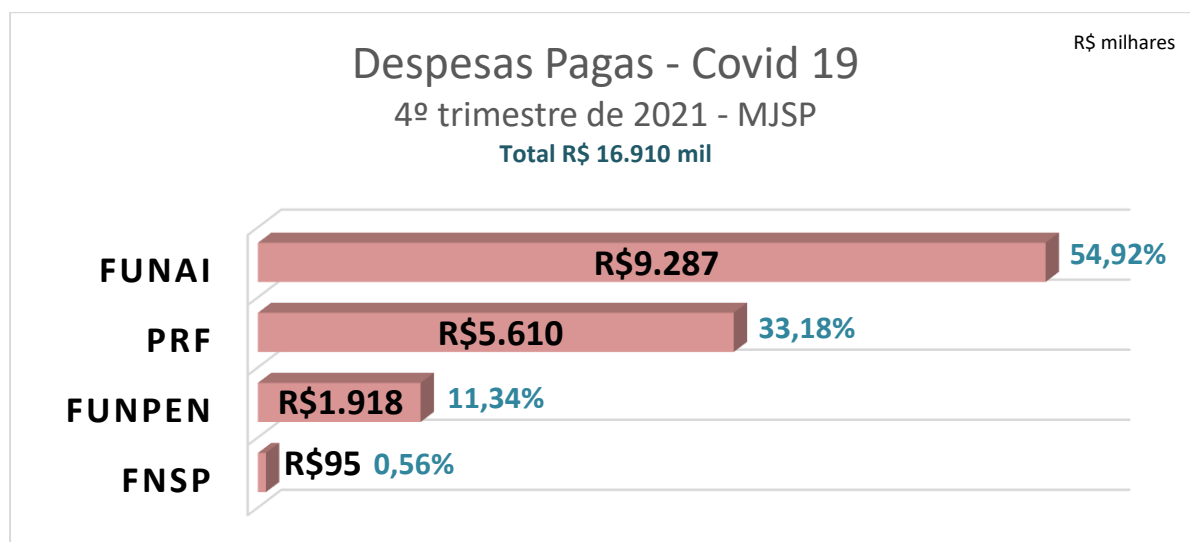
Nota 01 – COVID-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020, no valor de R\$ 199.825 mil e da MPV nº 965, de 13 de maio de 2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 08 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia, no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054, de 06 de junho de 2021, no valor de R\$ 41.049 mil, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

No encerramento do 4º trimestre de 2021, o total dos valores pagos somaram R\$ 16.910 mil, sendo R\$ 7.952 mil, representando 3,98% do total do valor autorizado pela Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020; e R\$ 8.958 mil, representando 21,82% do valor autorizado pela Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

A Funai representou 54,92% (R\$ 9.287 mil) do total pago em 2021, como apresentado abaixo.

Figura 01 - Gastos com Covid-19 – por Órgão



Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial.

Destaca-se, no quadro a seguir, que 32,64% (R\$ 5.520 mil) do total gasto em 2021 foi decorrente de Indenizações, representado em sua totalidade pela PRF, caracterizadas pelo trabalho policial durante parte do período de repouso, com o fim de participar de ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização, previstas na Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018.

Tabela 01 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa

R\$ milhares

Natureza da despesa	31/12/2021	AV(%)
Indenizações	5.520	32,64
Locação de Meios de Transporte	2.126	12,57
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.942	11,49
Demais gastos	7.322	43,30
Total gasto 2021	16.910	100,00

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial

Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

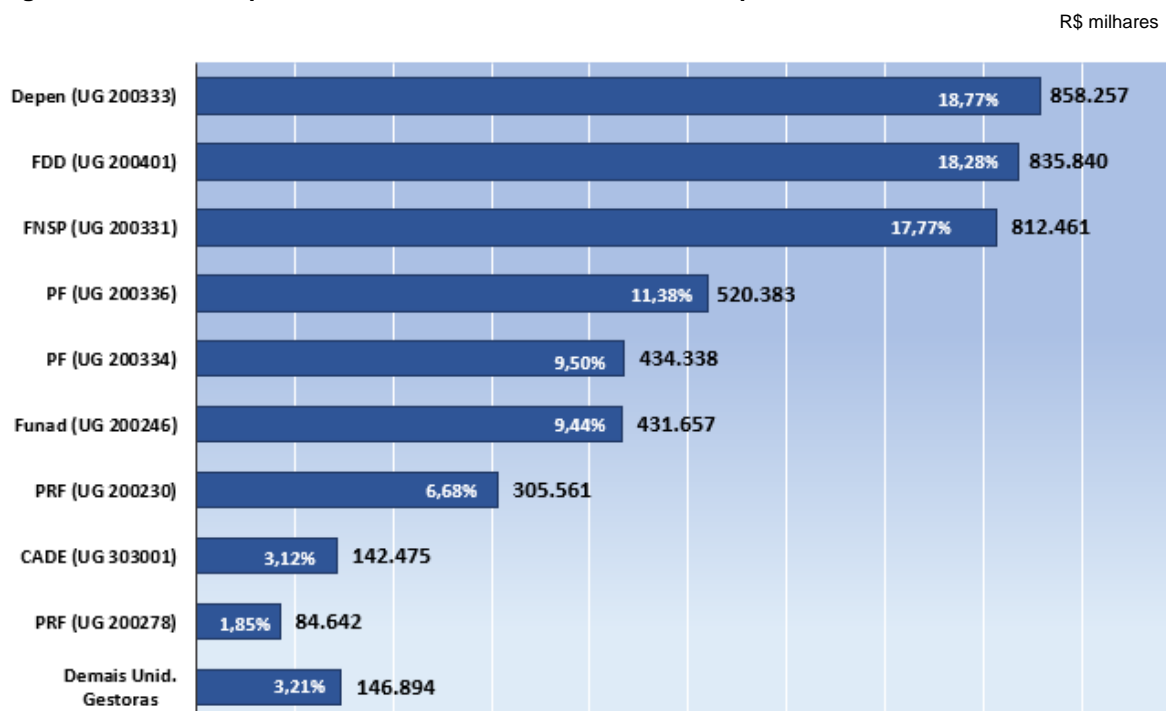
No final do 4º trimestre de 2021, R\$ 4.425.616 mil (96,79%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se assim distribuídos entre as 9 (nove) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 858.257 mil (18,77%) na UG 200333 do Depen;
- b) R\$ 835.840 mil (18,28%) na UG 200401 do FDD;
- c) R\$ 812.461 mil (17,77%) na UG 200331 do FNSP;
- d) R\$ 520.383 mil (11,38%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 434.338 mil (9,50%) na UG 200334 da PF;
- f) R\$ 431.657 mil (9,44%) na UG 200246 do Funad;
- g) R\$ 305.561 mil (6,68%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 142.475 mil (3,12%) na UG 303001 do CADE;
- i) R\$ 84.642 mil (1,85%) na UG 200278 da PRF;

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 4º trimestre de 2021, as quais somaram 86 unidades distintas, englobaram R\$ 146.894 mil (3,21%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Cumprir destacar que as três maiores representatividades detentoras de recursos financeiros em caixa e equivalentes ocorreram nos seguintes fundos públicos: Fundo Penitenciário Nacional – Funpen (18,77%), Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD (18,28%) e Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (17,77%).

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em dezembro de 2021, 96,74% (R\$ 4.423.457 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) 25,80% (R\$ 1.179.515 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais;
- b) 19,56% (R\$ 894.443 mil) em receitas de concursos prognósticos;
- c) 15,14% (R\$ 692.462 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação;

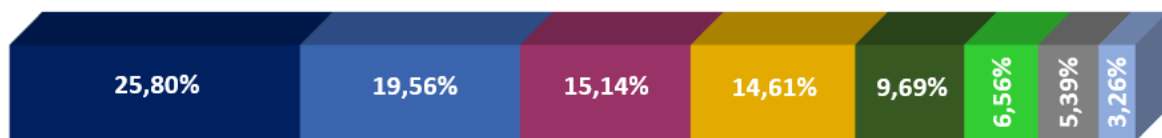
- d) 14,61% (R\$ 668.067 mil) em recursos próprios financeiros;
 e) 9,69% (R\$ 442.852 mil) em recursos financeiros de livre aplicação;
 f) 6,56% (R\$ 299.765 mil) em recursos primários de livre aplicação; e
 g) 5,39% (R\$ 246.353 mil) em alienação de bens apreendidos.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 3,26% (R\$ 149.052 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 15 tipos de fontes distintas.

Figura 03 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Legenda:

- Taxas/ Multas p/ Poder de Polícia e Multas Prov. Proc. Judiciais
- Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação
- Recursos Financeiro de Livre Aplicação
- Alienação de Bens Apreendidos
- Receitas de Concursos de Prognósticos
- Recursos Próprios Financeiros
- Recursos Primários de Livre Aplicação
- Demais Fontes de Recursos (15 fontes distintas)



Fonte: Siafi

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes evidenciados na DFC, ressalta-se a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Cumpre esclarecer que o conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No quarto trimestre de 2021, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi negativo de R\$ 1.831.766 mil, sendo 43,06% (R\$ -788.766 mil) impactado pelas atividades operacionais e 56,94% (R\$ -1.043.000 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação ao fluxo de caixa das atividades operacionais, destaca-se as transferências financeiras recebidas que, conforme observado na DFC, em dezembro de 2021, representaram 91,82% (R\$ 55.064.488 mil) do total dos ingressos. Com relação aos dispêndios, as transferências financeiras concedidas representaram 70,81% (R\$ -43.022.221 mil) e os desembolsos com pessoal e demais despesas da segurança pública, detalhados na nota explicativa de número 17, representaram 39,11% (R\$ -23.763.911 mil).

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 92,04% (R\$ -965.591 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 18.

Portanto, com relação ao resultado financeiro negativo de R\$ 1.831.766 mil no quarto trimestre de 2021 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	31/12/2021	31/12/2020	2021-2020	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(788.766)	4.931.518	(5.720.284)	43,06	(115,99)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(1.043.000)	(882.230)	(160.770)	56,94	18,22
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.831.766)	4.049.288	(5.881.055)	100,00	(145,24)

Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no quarto trimestre de 2021, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo, apesar de representarem 1,04% (R\$ 2.866.966 mil) do total do ativo.

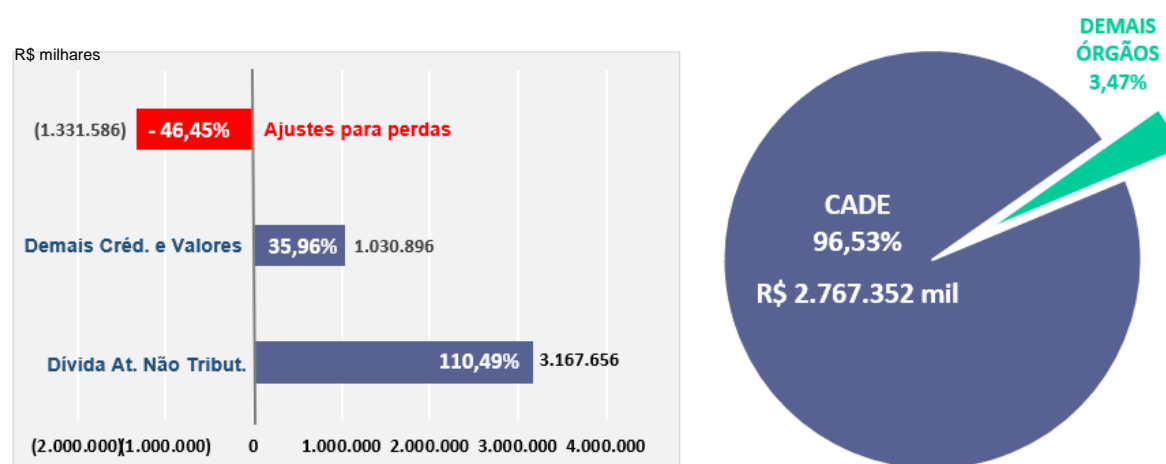
Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destaca-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, dos quais: 110,13% (R\$ 3.157.263 mil) foram decorrentes de "Dívida Ativa Não Tributária"; 32,85% (R\$ 941.674 mil) foram relativos a demais créditos a receber a longo prazo em virtude de infrações aplicadas; e -46,45% (R\$ -1.331.586 mil) corresponderam a ajustes para perdas em créditos a longo prazo.

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares				
Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Dívida Ativa Não Tributária	3.167.656	2.477.930	110,49	27,83
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.157.263	2.467.547	110,13	27,95
Fundação Nacional do Índio	10.393	10.382	0,36	0,10
Demais Créditos e Valores	1.030.896	898.558	35,96	14,73
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	941.674	847.192	32,85	11,15
Ministério da Justiça e Segurança Pública	45.578	14.851	1,59	206,91
Fundo Nacional de Segurança Pública	35.626	28.896	1,24	23,29
Fundação Nacional do Índio	5.196	5.098	0,18	1,93
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,05	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	298	0	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Polícia Federal	1	0	0,00	-
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(1.331.586)	(1.075.172)	-46,45	23,85
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.331.586)	(1.075.172)	-46,45	23,85
Total de Créditos a Longo Prazo	2.866.966	2.301.315	100,00	24,58

Fonte: Siafi.

Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição CADE



Fonte: Siafi.

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo - CADE

Em relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo do Cade, balizada pela Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, tem-se a reprodução da metodologia utilizada pela unidade:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perda Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;
- Perda Estimada = R\$ 3.157.263.275,69 – (0,57824685 x 3.157.263.275,69);
- Perda Estimada = R\$ 3.157.263.275,69 – 1.825.677.554,88;

Perda estimada = 1.331.585.720,81

Para calcular o quociente médio de recebimentos utilizou-se os dados extraídos do Tesouro Gerencial. A pesquisa realizada tomou como referência os últimos três anos, ou seja, 2019, 2020 e 2021. No cálculo do quociente médio de recebimentos foi considerado todo movimento credor da conta, valores extraídos do Tesouro Gerencial, conforme mostra tabela a seguir:

2021		2020		2019	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
737.742.339,29	48.026.393,19	312.622.303,46	25.374.225,67	239.894.308,93	381.270.413,94

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

1. Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos **2019** = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
- Média mensal de recebimentos **2020** = 25.107.168,86 / 12 = **R\$ 2.092.264,07**
- Média mensal de recebimentos **2021** = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**

2. Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2019** = 239.894.308,93/12 = **R\$ 19.991.192,41**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2020** = 312.622.303,46/12 = **R\$ 26.050.795,20**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2021** = 737.742.339,29/12 = **R\$ 61.478.528,27**

3. Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = 31.722.534,50 / 19.991.192,41 = **1,58932663**

4. Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = 2.092.264,07 / 26.050.795,20 = **0,08031479**

5. Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 = 0,06509914$

6. (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08031479 + 0,06509914) / 3$

- Quociente médio de recebimento = 0,57824685

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estimada é **0,57824685**.

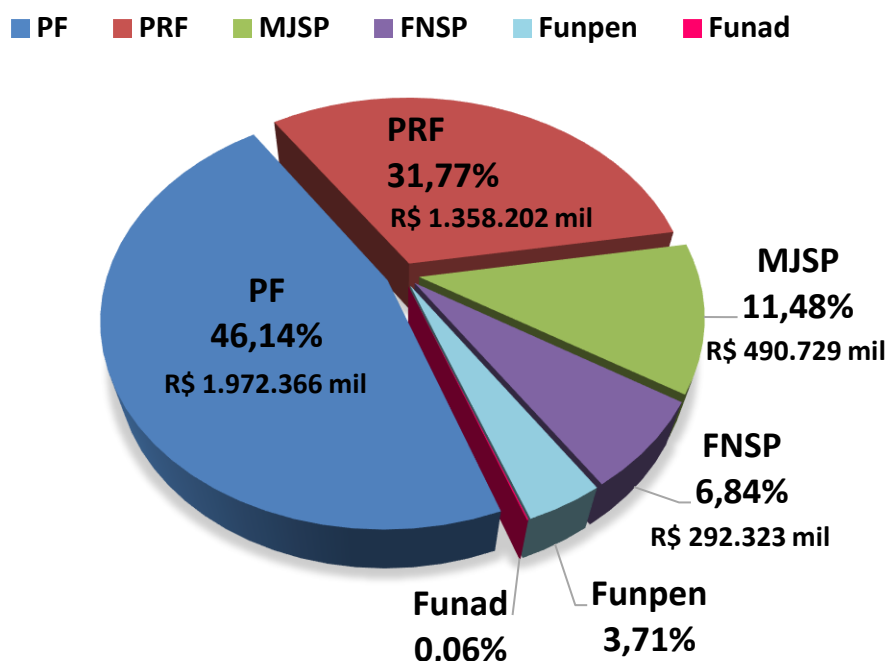
Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 1.331.585.720,81** (um bilhão, trezentos e trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e oitenta e um centavos) de Perda Estimada, o que representa 42,18% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ressalta-se que a fonte das informações supracitadas, referentes aos 'Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo' são provenientes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica."

Nota 04 – Bens Móveis – BP

No que se refere às unidades objeto de manifestação da Declaração do Contador, conforme Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, onde são desconsiderados Cade e Funai, verifica-se que os bens móveis representam a 33,18% do total do ativo (R\$ 4.275.069 mil), conforme figura 05:

Figura 05 – Bens Móveis – por órgão



Desse total registrado, as unidades enfrentam desafios envolvendo a falta realização dos procedimentos de inventário, implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial de seus bens móveis (Siads) e de bens apreendidos/perdidos (Sigap) e falta de avaliação de bens.

Verifica-se que uma parcela relevante desses bens não está corretamente representada, sendo que cada unidade apresenta a sua especificidade:

Tabela 04 – Ressalvas bens móveis.

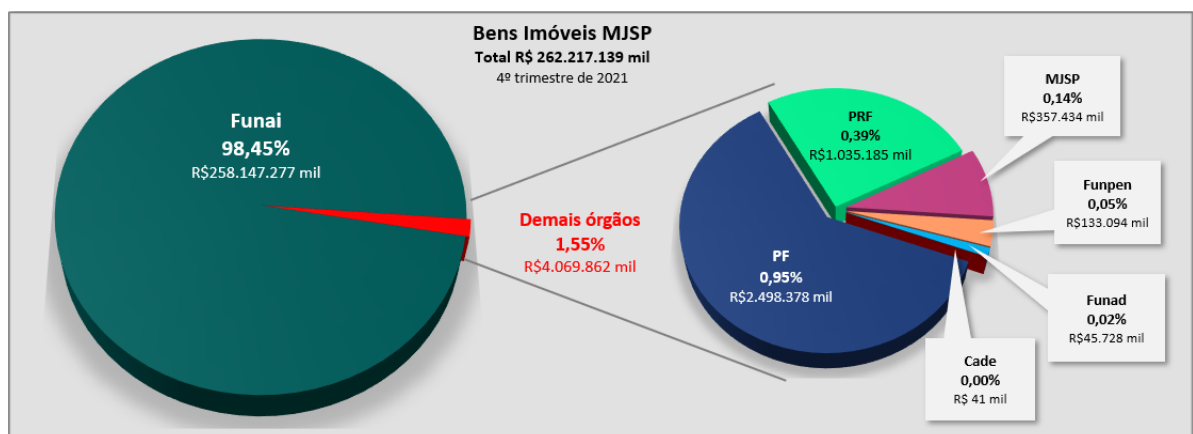
				R\$ milhares
Nome do Órgão	Ressalva	Bens móveis consolidados	Valor da Ressalva	AH Ressalva/Total bens móveis (%)
Polícia Federal	Existe uma parcela de bens pendentes de realização de inventário, não sendo possível atestar 18,59% de seus bens móveis consolidados, conforme ressalva na Declaração do Contador do Órgão.	1.972.366	366.659	8,58
Polícia Rodoviária Federal	Ausência de avaliação dos bens móveis, exceto dos veículos que, por sua vez, representam a maior parte desses bens (56,97%). Não foram inventariados 62% (R\$ 704.854 mil) de seus bens móveis.	1.358.202	704.855	16,49
MJSP – Segen, CGL e CGDS, AN.	Os saldos registrados na Segen estão em processo de regularização patrimonial, compreendendo valores a alienar e a implantar no sistema Siads, conforme as especificidades identificadas. A divergência totaliza R\$ 184.255 mil. As unidades CGDS e CGL encontram-se em processo de regularização patrimonial, incorrendo em desafios envolvendo a migração dos bens para Siads, restando uma distorção entre bens não localizados e de passivos pendentes de regularização no total de R\$ 11.222 mil. O Arquivo Nacional encontra-se em fase de implantação do Siads. O sistema apresenta inconsistências nos registros de saldos, a serem regularizados. Após a conclusão, será realizado o inventário dos bens móveis, que somam R\$ 47.760. As unidades referenciadas iniciaram a implantação do Siads, para a realização da reavaliação dos bens móveis.	490.729	243.238	5,69
Fundo Nacional de Segurança Pública	A unidade não possui bens em seu imobilizado. Os bens móveis contabilizados referem-se a aquisições e distribuições, no contexto das ações de planejamento e logística executados com recursos do Fundo. A unidade encontra-se em processo de regularização desses saldos.	292.323	292.323	6,84
Fundo Penitenciário Nacional	O órgão encontra-se em processo de regularização patrimonial. Contam registros de bens adquiridos para doação e outros pendentes de inventário, sendo gradativamente regularizados. A ressalva reflete o saldo inventariado contra os valores registrados no Siafi. Não foram realizados os procedimentos de reavaliação de bens.	158.752	84.901	1,99
Fundo Nacional Antidrogas	Os registros de bens móveis referem-se a bens perdidos e apreendidos em favor do fundo, conforme regulamentado na Lei nº 7.560/1986. Está em fase de aprimoramento o sistema de gestão patrimonial para controle e evidência desses bens.	2.696	2.696	0,06
TOTAL		4.275.070	1.694.672	39,64%

Nota 05 – Bens Imóveis – BP

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 262,2 bilhões no 4º trimestre de 2021, representando 95,18% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,02%, foi de R\$ 262,1 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 258,1 bilhões (98,45%), conforme “Figura 06”.

Figura 06 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a “Tabela 05”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,77% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 261,6 bilhões em 31/12/2021.

Tabela 05 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	261.623.103	221.988.381	99,77	17,85
Bens Imóveis em Andamento	524.569	457.279	0,20	14,72
Instalações	45.262	32.345	0,02	39,93
Bens Dominicais	12.371	10.280	0,00	20,34
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	11.266	17.145	0,00	(34,29)
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	(0,00)
Subtotal	262.217.139	222.505.998	100,00	17,85
Depreciação / Amortização Acumulada	(41.086)	(39.807)	(0,02)	3,21
Total líquido	262.176.053	222.466.191	99,98	17,85

Fonte: Siafi.

Ressalta-se, ainda, que houve a contabilização em dezembro de 2020, na unidade gestora 194151 da Funai, do valor de R\$113,9 bilhões, 43,57% do total do saldo dos bens de uso especial, referente à reavaliação de imóveis - terrenos e glebas - caracterizados como terras indígenas e benfeitorias nelas existentes, em atendimento à solicitação de auditoria da Controladoria Geral da União. O valor da reavaliação refere-se às várias unidades vinculadas à Funai e, no exercício de 2021, foram efetuados os devidos registros no SPIUnet - fazendas, parques e reservas - com os ajustes contábeis necessários, conforme a “Tabela 06”.

Tabela 06– Unidades Gestoras contempladas pelo saldo de reavaliação

R\$ milhares

Unidade Gestora Funai	31/12/2021	AV (%)
190004 FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANA/RO	11.145.033	9,77
194003 COORDENAÇÃO REGIONAL DE CACOAL/RO	1.285.058	1,13
194004 COORDENAÇÃO REG. DE GUAJARA MIRIM/RO	1.151.678	1,01
194005 COORDENAÇÃO REGIONAL ALTO PURUS	346.150	0,30
194006 COORDENAÇÃO REGIONAL DE MANAUS/AM	9.404.918	8,24
194007 COORDENAÇÃO REG. DO VALE DO JAVARI/AM	2.923.452	2,56

194008	COORDENAÇÃO REGIONAL DO RIO NEGRO/AM	8.422.302	7,38
194009	COORDENAÇÃO REGIONAL RORAIMA/RR	9.630.989	8,44
194010	COORD. REG. CENTRO-LESTE DO PARÁ/PA	1.800.764	1,58
194011	COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS/PA	(536.688)	(0,47)
194012	COORDENAÇÃO REGIONAL TAPAJOS/PA	(409.989)	(0,36)
194018	COORDENAÇÃO REG.BAIXO SÃO FRANCISCO/BA	11.749	0,01
194019	COORD.REG.DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG	221.880	0,19
194020	FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DE CAMPO GRANDE/MS	123.399	0,11
194027	COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO/RS	1.298.880	1,14
194028	COORDENAÇÃO REGIONAL DE CUIABÁ/MT	11.657.431	10,22
194029	COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT	(9.710)	(0,01)
194031	COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU/MT	27.033.846	23,69
194033	COORDENAÇÃO REGIONAL ARAGUAIA TOCANTINS/TO	1.591.276	1,39
194036	COORDENAÇÃO REG. NORTE DO MATO GROSSO/MT	2.935.481	2,57
194041	COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE 2/CE	6.983	0,01
194042	COORD. REG. RIBEIRAO CASCALHEIRA/MT	666.413	0,58
194044	COORDENAÇÃO REG. KAYAPO SUL DO PARA/PA	133.896	0,12
194045	FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DO MADEIRA/AM	1.315.101	1,15
194046	COORDENAÇÃO REG. LITORAL SUDESTE/SP	39.696	0,03
194047	FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DO LITORAL SUL/SC	(7.302)	(0,01)
194048	COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM	2.793.597	2,45
194049	FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DO JURUA/AC	419.193	0,37
194061	COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC	1.301.189	1,14
194063	COORDENAÇÃO REG. DO ALTO SOLIMÕES/AM	687.161	0,60
194067	COORD. REG. NOROESTE DO MATO GROSSO/MT	10.093.989	8,85
194068	COORDENAÇÃO REGIONAL SUL DA BAHIA/BA	265.867	0,23
194074	COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA	3.238.352	2,84
194075	COORDENAÇÃO REG.AMAPÁ E NORTE DO PARÁ/AP	2.335.227	2,05
194077	COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE 1/AL	124.406	0,11
194079	FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL DE JOÃO PESSOA/PB	279.655	0,25
194085	COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ/MS	392.914	0,34
Subtotal		114.114.236	100,00
Ajuste – valor não registrado na UG194151		(140.747)	0,12
Valor total registrado na UG194151		113.973.490	99,88

Fonte: Funai

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 07”, a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas, representando 98,09% do total dos bens de uso especial do MJSP. Na análise horizontal, o aumento de 149,60% na conta contábil Fazendas, Parques e Reservas e a redução de 98,59% na conta contábil Terrenos e Glebas da Funai foram representados pelos lançamentos dos ajustes contábeis referenciados, da Diretoria de Proteção Territorial da Funai - UG 194151.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial – por tipo

Descrição	R\$ milhares			
	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	256.629.811	102.817.331	98,09	149,60
Fundação Nacional do Índio	256.607.285	102.794.806	98,08	149,63
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	0,00
Edifícios	1.827.048	3.172.539	0,70	(42,41)
Polícia Federal	1.306.143	1.308.947	0,50	(0,21)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	335.985	353.597	0,13	(4,98)
Polícia Rodoviária Federal	156.098	157.746	0,06	(1,04)
Fundação Nacional do Índio	28.486	1.351.913	0,01	(97,89)
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,00

Terrenos e Glebas	1.614.598	114.856.073	0,62	(98,59)
Fundação Nacional do Índio	913.609	114.063.223	0,35	(99,20)
Polícia Federal	451.450	553.771	0,17	(18,48)
Polícia Rodoviária Federal	228.374	221.756	0,09	2,98
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	9.593	5.751	0,00	66,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	129.716	129.716	0,05	0,00
Polícia Federal	119.128	119.128	0,05	0,00
Polícia Rodoviária Federal	10.588	10.588	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	50.534	47.163	0,02	7,15
Polícia Federal	18.421	19.204	0,01	(4,07)
Polícia Rodoviária Federal	15.926	15.622	0,01	1,95
Fundo Nacional Antidrogas	12.282	9.051	0,00	35,71
Fundação Nacional do Índio	3.904	3.287	0,00	18,77
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.371.397	965.558	0,52	42,03
Fundação Nacional do Índio	576.432	240.936	0,22	139,25
Polícia Federal	416.084	380.885	0,16	9,24
Polícia Rodoviária Federal	315.593	280.701	0,12	12,43
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,02	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.327	1.075	0,00	23,44
Total dos bens de uso especial	261.623.103	221.988.381	100,00	17,85

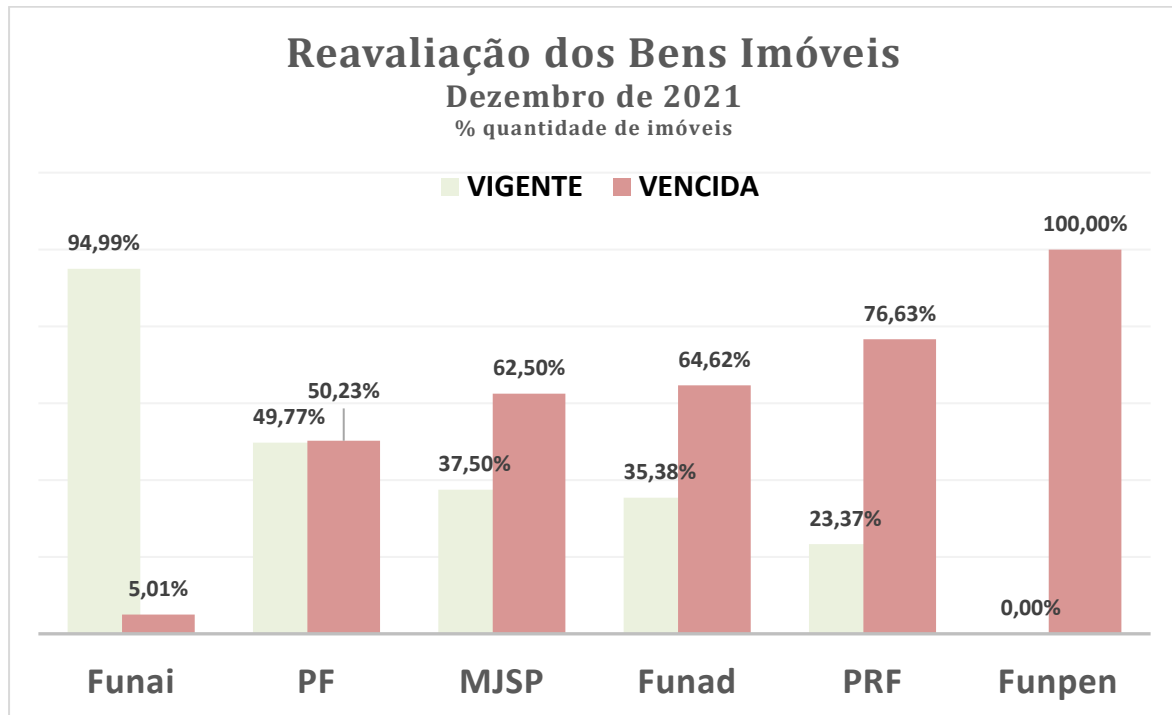
Fonte: Siafi.

O MJSP apresentou no quarto trimestre 1.635 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: Funai, 719; PRF, 552; PF, 217; Funad, 130; Funpen, 9; e MJSP, 8. A "Figura 07" a seguir evidencia o percentual, por órgão, da quantidade dos bens imóveis com prazos de reavaliação vigentes e os vencidos, registrados no SPIUnet.

Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

Figura 07 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet

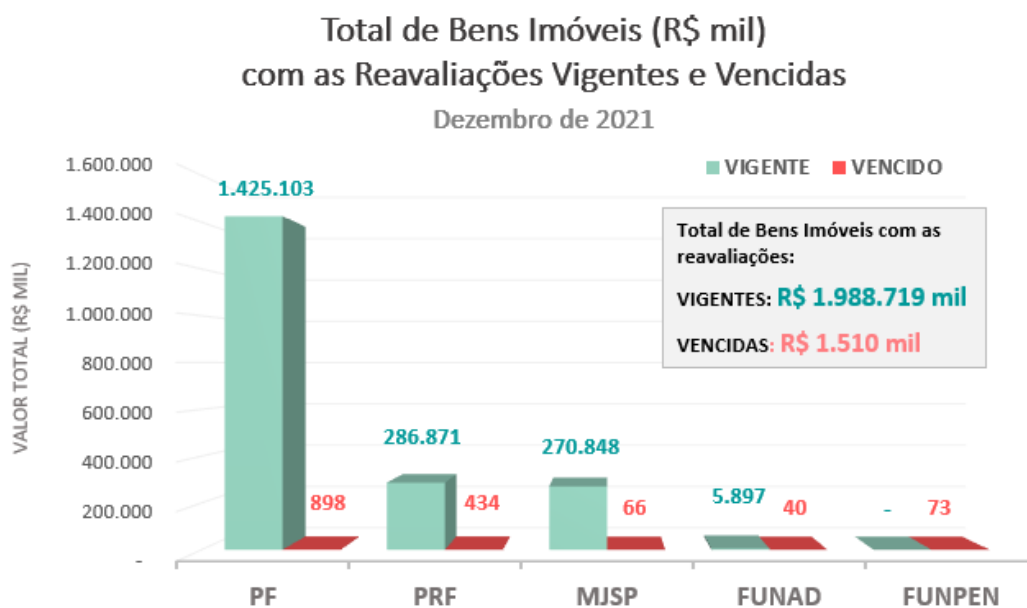


Fonte: SPIUnet, 31/12/2021

No tocante às unidades objeto de manifestação da Declaração do Contador, conforme Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020 onde são desconsiderados Cade e Funai, verifica-se que os bens imóveis correspondem a 31,59% do total do ativo (R\$ 4.069.820 mil).

Desse total, 99,92% dos valores registrados em imóveis estão com seus prazos de avaliação vigentes, conforme Figura 08.

Figura 08 – Total de Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Nota 06 – Amortização Acumulada de Softwares - BP

No quarto trimestre de 2021, foram identificados registros de “Softwares” nos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme apresentado na “Tabela 08”. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram amortizações para esses ativos intangíveis, apesar da necessidade de reaverem a integridade dos referidos montantes.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades envolvendo as rotinas de controle dos bens afetos às atividades policiais, apresentam ressalvas quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que o SIADS esteja operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 08 – Softwares e Amortizações Acumuladas

R\$ milhares

Nome da Conta	Nome do Órgão	DEZ/2021	DEZ/2020	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	65.144	54.248	19,17	20,08
	Polícia Federal	64.326	12.597	18,93	410,63
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	8.894	8.587	2,62	3,58
	Fundação Nacional do Índio	6.281	6.281	1,85	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	1.980	19	0,58	10.434,50
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,44	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00
	Total - Softwares com vida útil definida	148.845	83.952	43,81	77,30
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	137.547	118.452	40,49	16,12
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.328	24.310	7,16	0,07
	Polícia Rodoviária Federal	21.528	21.469	6,34	0,27
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,76	0,00
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	4.351	3.972	1,28	9,55
	Fundação Nacional do Índio	904	904	0,27	0,00
	Total - Softwares com vida útil indefinida	194.637	175.087	57,29	11,17
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	15.919	6.440	4,69	147,19
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	15.919	6.440	4,69	147,19
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(18.424,14)	(9.993,57)	(5,42)	84,36
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	(1.229,84)	(1.060,05)	(0,36)	16,02
	Total - Amortização Acumulada	(19.653,99)	(11.053,62)	(5,78)	77,81
Total de Softwares		339.747	254.425	100,00	33,54

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

No 4º trimestre de 2021, restaram contabilizados R\$ 819.513 mil para despesas com pessoal, que representaram 69,40% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo são evidenciadas a seguir, na “Tabela 09”:

Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Descrição	R\$ milhares			
	31/12/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	478.530	449.806	58,39	6,39
Polícia Rodoviária Federal	257.271	249.969	31,39	2,92
Ministério da Justiça e Segurança Pública	43.594	56.287	5,32	(22,55)
Fundação Nacional do Índio	37.963	80.297	4,63	(52,72)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.154	2.176	0,26	(0,99)
Fundo Nacional de Segurança Pública	-	1	-	-
Total	819.513	838.536	100,00	(2,27)

Fonte: Siafi.

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

Conforme apresentado na “Tabela 10”, a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 84,34% (R\$ 691.213 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo. Apresentou, ainda, um aumento de 5,90% (R\$ 38.518 mil) em relação ao saldo no encerramento de 2020, impulsionado, principalmente, pela PF, que representou 66,52% (R\$ 25.624 mil) da variação horizontal.

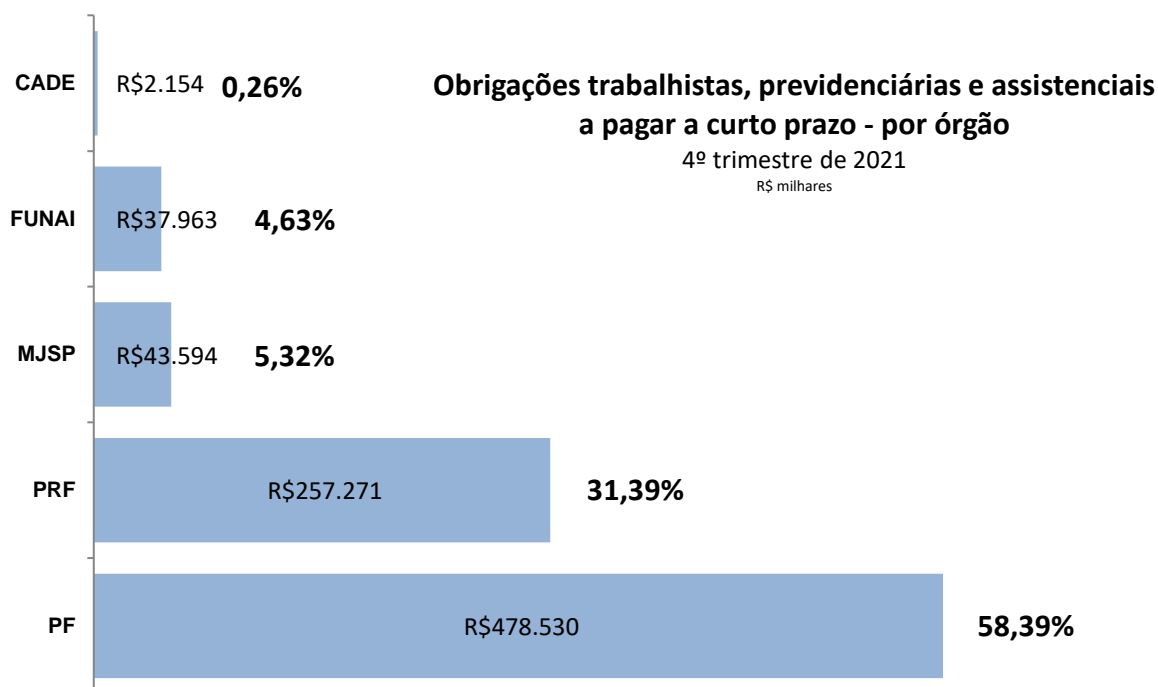
Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	R\$ milhares			
	31/12/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	691.213	652.695	84,34	5,90
Férias a Pagar	103.584	102.033	12,64	1,52
Precatórios de Pessoal	16.186	46.543	1,98	(65,22)
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.720	864	0,45	330,71
Benefícios Previdenciários	2.800	5.730	0,34	(51,14)
Contribuição a Entidades de Previd. Privada e Complementar	1.591	1.667	0,19	(4,56)
PSSS - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra	419	-	0,05	100,00
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros - Intra	-	1	-	(100,00)
Precatórios de Benefícios Previdenciários	-	81	-	(100,00)
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações - Intra	-	270	-	(100,00)
Décimo Terceiro Salário a Pagar	-	28.651	-	(100,00)
Total Geral	819.513	838.536	100,00	(2,27)

Fonte: Siafi

Desse montante de R\$ 819.513 mil, destacam-se os registros evidenciando os salários, remunerações e benefícios a pagar, dos quais 76,78% (R\$ 629.210 mil) foram referentes à PF e PRF. Tais obrigações correspondem, respectivamente, a 45,76% (R\$ 375.049 mil) e 31,01% (R\$ 254.161 mil) do total; sendo, portanto, os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, conforme demonstrado na “Figura 09”.

Figura 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 08 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no quarto trimestre de 2021, representou 85,33% (R\$ 235.067.971 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme pode-se observar na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a FUNAI representou 92,99% (R\$ 218.584.458 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na "Tabela 11".

Tabela 11 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	31/12/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	218.584.458	102.654.190	92,99	112,93
Polícia Federal	3.901.545	3.402.820	1,66	14,66
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	3.764.134	70.786	1,60	5.217,59
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.262.670	4.184.686	1,39	(22,03)
Departamento e Polícia Rodoviária Federal	2.096.399	1.886.852	0,89	11,11
Fundo Penitenciário Nacional	1.367.636	1.256.990	0,58	8,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	794.122	970.594	0,34	(18,18)
Fundo Nacional de Segurança Pública	744.871	244.863	0,32	204,20
Fundo Nacional Antidrogas	465.285	240.829	0,20	93,20
Subtotal (A)	234.981.120	114.912.610	99,96	104,49
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,04	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,04	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	-	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25,21)	-	(0,00)	-
Total (A+B+C)	235.067.971	114.999.485	100,00	104,41

Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na “Tabela 12” e “Figura 10”, 79,69% (R\$ 218.584.458 mil) corresponde aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio- Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, assim registrados:

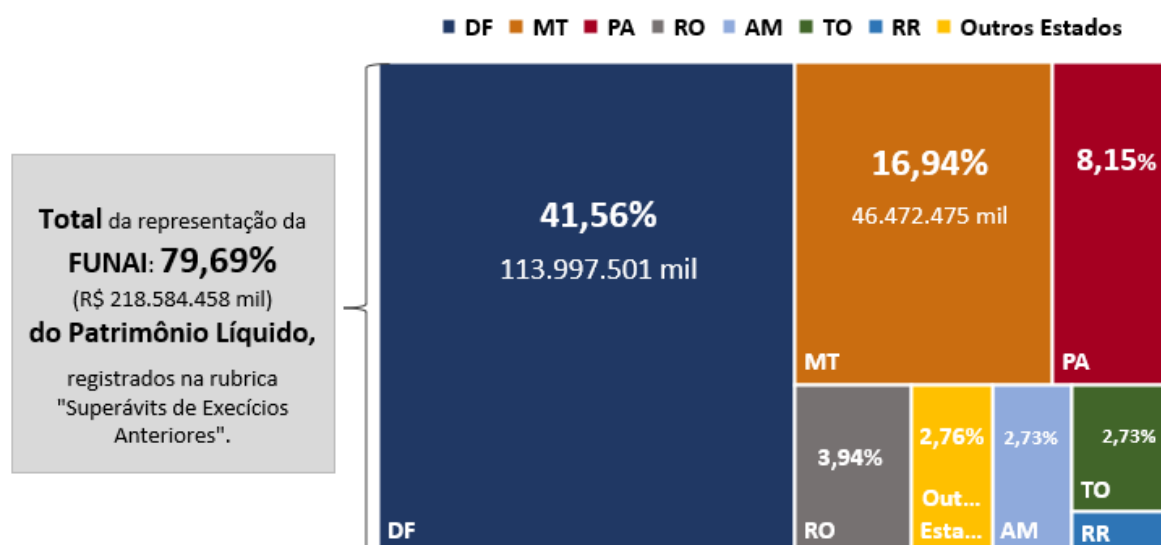
- a) 41,56% no DF (R\$ 113.997.501 mil);
- b) 16,94% no MT (46.472.475 mil);
- c) 8,15% no PA (R\$ 22.369.010 mil);
- d) 3,94% em RO (R\$ 10.812.809 mil);
- e) 2,73% no AM (R\$ 7.502.144 mil);
- f) 2,73% no TO (R\$ 7.477.435 mil);
- g) 0,87% em RR (R\$ 2.385.237 mil);
- i) 2,76% em outros estados (R\$ 7.567.846 mil).

Tabela 12 – Superávits Acumulados – composição FUNAI – por estado

				R\$ milhares	
FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	31/12/2021	31/12/2020	AV %	AH%	
Distrito Federal	113.997.501	29.837	41,56	381.973,12	
Mato Grosso	46.472.475	46.472.070	16,94	0,00	
Pará	22.369.010	22.350.092	8,15	0,08	
Rondônia	10.812.809	8.952.414	3,94	20,78	
Amazonas	7.502.144	7.501.527	2,73	0,01	
Tocantins	7.477.435	7.476.287	2,73	0,02	
Roraima	2.385.237	2.385.949	0,87	(0,03)	
Outros Estados	7.567.846	7.486.014	2,76	1,09	
Total de Superávits de Exercícios Anteriores - FUNAI	218.584.458	102.654.190	79,69	112,93	
Total do Resultado de Exercícios Anteriores	235.067.971	114.999.485	85,70	104,41	
Total do Patrimônio Líquido	274.306.201	235.070.175	100,00	16,69	

Fonte: Siafi.

Figura 10 – Composição da FUNAI: Resultado de Exercícios Anteriores/ PL



Fonte: Siafi.

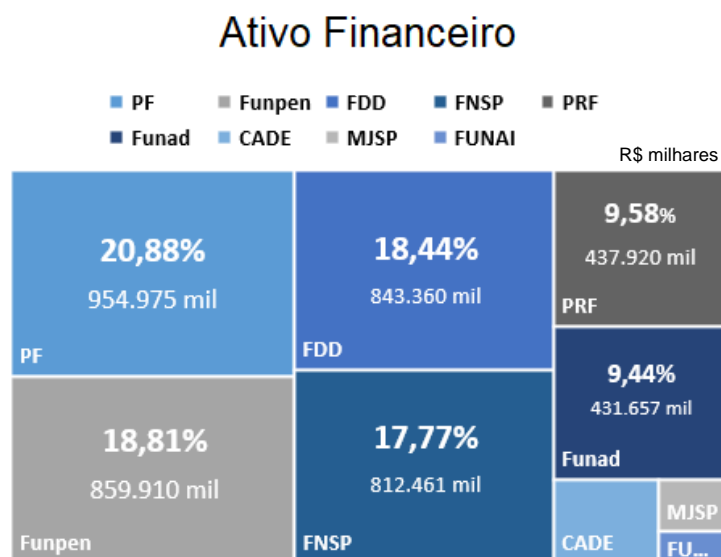
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no quarto trimestre de 2021, representaram 1,66% do total de ativos (financeiros e permanentes), compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na "Figura 11":

- 20,88% (R\$ 954.975 mil) na PF;
- 18,81% (R\$ 859.910 mil) no Funpen;
- 18,44% (R\$ 843.360 mil) no FDD;
- 17,77% (R\$ 812.461 mil) no FNSP;
- 9,58% (R\$ R\$ 437.920 mil) na PRF;
- 9,44% (R\$ 431.657 mil) na Funad;
- 3,12% (R\$ 142.475 mil) no CADE;
- 1,22% (R\$ 55.891 mil) no MJSP; e
- 0,74% (R\$ 33.990 mil) na Funai.

Figura 11 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no quarto trimestre de 2021, representaram 98,34% (R\$ 270.914.466 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes), compreendendo bens, créditos e valores em que a mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Cumpre enfatizar que 94,72% (R\$ 256.607.285 mil) dos ativos permanentes correspondem às Fazendas, Parques e Reservas registrados na Funai.

Passivo Financeiro

No quarto trimestre de 2021, conforme apresentado na "Tabela 13", 78,66% (R\$ 3.667.329 mil) do "Passivo Financeiro", que compreende os compromissos cujo pagamento não dependa de autorização orçamentária, foram registrados em contas de execução orçamentária e de restos a pagar, da seguinte forma:

Tabela 13 – Passivo Financeiro – composição por órgão

<i>Passivo Financeiro - por órgão</i>	31/12/2021	31/12/2020	AV% (DEZ/2021)	AH%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.196.268	1.122.894	25,66	6,53
Polícia Federal	1.166.017	1.144.400	25,01	1,89
Fundação Nacional do Índio	141.448	137.289	3,03	3,03
Conselho Adm. de Defesa Econômica	12.810	19.405	0,27	(33,99)
Polícia Rodoviária Federal	758.025	768.496	16,26	(1,36)
Fundação de Defesa de Direitos Difusos	163.798	206.900	3,51	(20,83)
Fundo Penitenciário Nacional	600.740	519.545	12,89	15,63
Fundo Nacional de Segurança Pública	597.758	775.159	12,82	(22,89)
Fundo Nacional Antidrogas	25.376	24.796	0,54	2,34
Total Geral	4.662.241	4.718.882	100,00	(1,20)

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patrimoniais. No tocante aos passivos orçamentários, conforme apresentado na “Tabela 14”, sua distribuição por órgão ocorreu da seguinte maneira:

- a) 30,85% (R\$ 1.131.488 mil) no MJSP;
- b) 18,79% (R\$ 689.155 mil) na PF;
- c) 16,15% (R\$ 592.159 mil) no FNFP;
- d) 15,27% (R\$ 560.042 mil) no Funpen;
- e) 10,61% (R\$ 389.100 mil) na PRF;
- f) 4,38% (R\$ 160.585 mil) no FDD;
- g) 1,32% (R\$ 144.800 mil) nos demais órgãos; sendo 2,94% (R\$ 107.829 mil) na Funai, 0,69% (R\$ 25.375 mil) na Funad e 0,32% (R\$ 11.595 mil) no CADE.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	31/12/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.131.488	1.075.481	30,85	5,21
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	514.770	560.309	14,04	(8,13)
RP Não Processados a Liquidar	616.718	515.172	16,82	19,71
Polícia Federal	689.155	731.599	18,79	-5,80
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	566.299	628.840	15,44	(9,95)
RP Não Processados a Liquidar	122.856	102.759	3,35	19,56
Fundo Nacional de Segurança Pública	592.159	765.035	16,15	-22,60
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	304.797	507.869	8,31	(39,99)
RP Não Processados a Liquidar	287.362	257.166	7,84	11,74
Fundo Penitenciário Nacional	560.042	472.177	15,27	18,61
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	345.018	266.698	9,41	29,37
RP Não Processados a Liquidar	215.024	205.478	5,86	4,65
Polícia Rodoviária Federal	389.100	434.909	10,61	-10,53
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	297.501	349.918	8,11	(14,98)
RP Não Processados a Liquidar	91.599	84.991	2,50	7,77
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	160.585	206.900	4,38	-22,39
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	5.076	9.115	0,14	(44,32)
RP Não Processados a Liquidar	155.510	197.785	4,24	(21,37)
Fundação Nacional do Índio	107.829	106.988	2,94	0,79
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	96.663	58.224	2,64	66,02
RP Não Processados a Liquidar	11.167	48.764	0,30	(77,10)
Fundo Nacional Antidrogas	25.375	24.794	0,69	2,34
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	15.716	24.529	0,43	(35,93)
RP Não Processados a Liquidar	9.659	265	0,26	3.545,31
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11.595	18.276	0,32	-36,56
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	8.794	9.199	0,24	(4,40)
RP Não Processados a Liquidar	2.801	9.077	0,08	(69,14)
Total Geral	3.667.329	3.836.160	100,00	100,00

Fonte: Siafi.

Quanto às obrigações patrimoniais, representaram 21,34% (R\$ 994.912 mil) do Passivo Financeiro no quarto trimestre de 2021, sendo 85,01% (R\$ 845.787 mil) assim registrados:

- 47,93% (R\$ 476.863 mil) na PF; sendo 37,70% referente à Salários, Remunerações e Benefícios; e
- 37,08% (R\$ 368.925 mil) na PRF; sendo 25,55% referente à Salários, Remunerações e Benefícios.

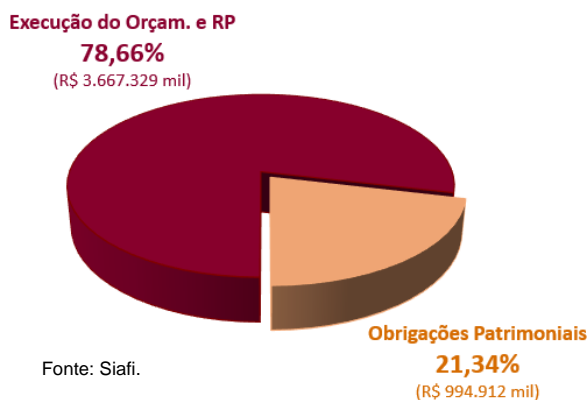
Os demais órgãos do MJSP somaram 14,99% (R\$ 149.11255 mil) das obrigações patrimoniais do Passivo Financeiro, conforme demonstrado na "Tabela 15" a seguir.

Tabela 15 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares				
<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativos</i>	31/12/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Polícia Federal	476.863	412.801	47,93	15,52
Salários, Remunerações e Benefícios	375.043	349.420	37,70	7,33
Polícia Rodoviária Federal	368.925	333.586	37,08	10,59
Salários, Remunerações e Benefícios	254.161	246.618	25,55	3,06
Ministério da Justiça e Segurança Pública	64.780	47.413	6,51	36,63
Fundo Penitenciário Nacional	40.698	47.368	4,09	-14,08
Fundação Nacional do Índio	33.619	30.301	3,38	10,95
Fundo Nacional de Segurança Pública	5.599	10.123	0,56	-44,69
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	3.213	-	0,32	-
Conselho Adm. de Defesa Econômica	1.215	1.128	0,12	7,64
Fundo Nacional Antidrogas	1	1	0,00	-48,57
Total Geral	994.912	882.722	100,00	12,71

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Composição do Passivo Financeiro



Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No quarto trimestre de 2021, destacou-se a representação da PF, de 52,99% (R\$ 98.561 mil) e da PRF, de R\$ 20,19% (R\$ 37.559 mil), que somaram 73,19% (136.120 mil) do Passivo Permanente, conforme pode-se observar na "Tabela 16".

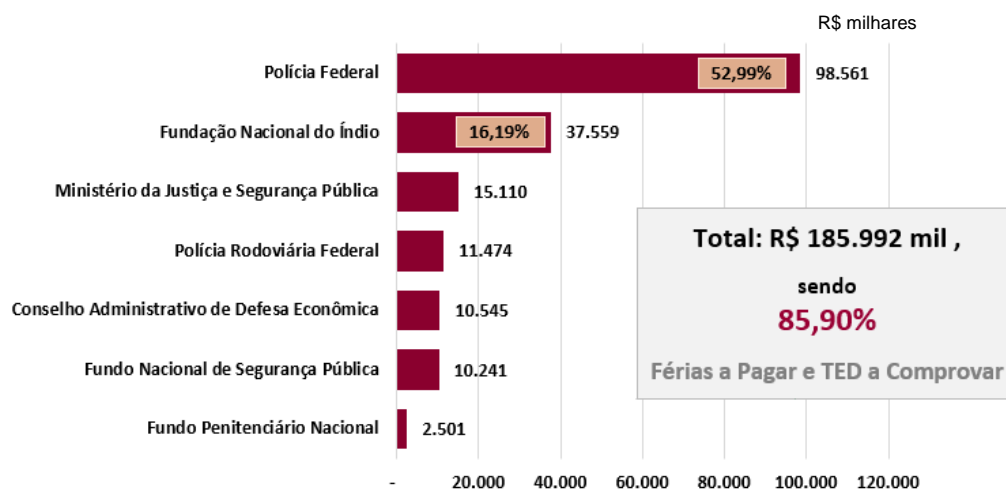
Destaca-se ainda que do montante total do Passivo Permanente, 55,69% (R\$ 103.584 mil) correspondem à "Férias a Pagar" e 30,20% (R\$ 56.177 mil), a "Transferências Financeiras a Comprovar – TED", cujas rubricas somaram 85,90% (R\$ 159.761 mil).

Tabela 16 – Passivo Permanente – composição por órgão

<i>Passivo Permanente – por órgão</i>	31/12/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	98.561	95.914	52,99	2,76
Fundação Nacional do Índio	37.559	88.385	20,19	(57,51)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	15.110	27.582	8,12	(45,22)
Polícia Rodoviária Federal	11.474	26.167	6,17	(56,15)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.545	8.687	5,67	21,40
Fundo Nacional de Segurança Pública	10.241	53.465	5,51	(80,84)
Fundo Penitenciário Nacional	2.501	2.498	1,34	0,10
Total Geral	185.992	302.698	100,00	(38,56)

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 10 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – DVP

No quarto trimestre de 2021, 68,06% (R\$ 158.005.836 mil) das Variações Patrimoniais Aumentativas foram decorrentes de "Reavaliações de Ativos"; sendo 99,91% (R\$ 157.866.402 mil) desse saldo provenientes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio- Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, conforme demonstrado na "Figura 14", assim registrados:

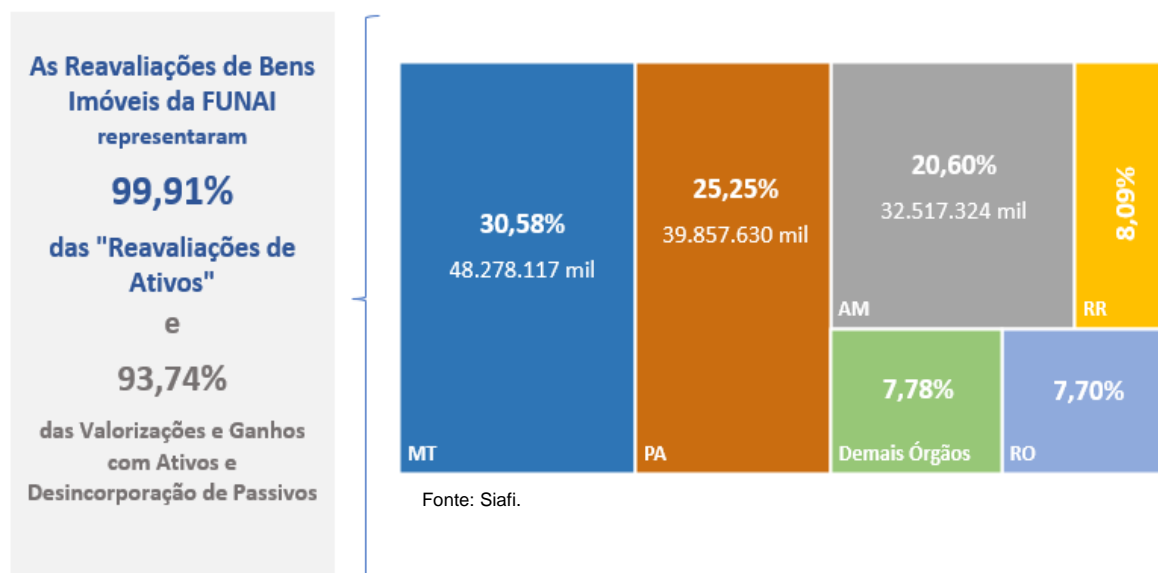
- a) 30,58% no MT (R\$ 48.278.117 mil);
- b) 25,25% no PA (R\$ 39.857.630 mil);
- c) 20,60% no AM (R\$ 32.517.324 mil);
- d) 8,09% em RR (R\$ 12.771.823 mil);
- e) 7,70% em RO (R\$ 12.162.666 mil); e
- f) 7,78% nos demais estados (R\$ 12.278.841 mil).

Tabela 17 – Reavaliação de Ativos – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	31/12/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Fundação Nacional do Índio	157.866.402	117.077.525	99,91	34,84
Reavaliação de Bens Imóveis	157.866.402	117.077.525	99,91	34,84
Polícia Federal	123.181	390.730	0,08	(68,47)
Reavaliação de Bens Imóveis	71.296	390.290	0,05	(81,73)
Reavaliação de Bens Móveis	51.885	440	0,03	11.680,44
Polícia Rodoviária Federal	16.177	70.351	0,01	(77,01)
Reavaliação de Bens Imóveis	16.177	70.351	0,01	(77,01)
Fundo Nacional Antidrogas	76	-	0,00	-
Reavaliação de Bens Imóveis	76	-	0,00	-
Total Geral	158.005.836	117.538.606	100,00	34,43

Fonte: Siafi.

Figura 14 – Reavaliações de Ativos – composição FUNAI



Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP

No 4º trimestre de 2021, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 10,10% (R\$ 7.940.408 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal alusivos à Polícia Federal, que apresentou 54,27% (R\$ 4.309.637 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 36,42% (R\$ 2.891.796 mil). Ambas somaram 90,69% (R\$ 7.201.433 mil), conforme "Tabela 18".

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 68,73% (R\$ 5.457.156 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorre na PF, com 41,43% (R\$ 3.289.689 mil) em relação ao total da rubrica.

Tabela 18 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	4.309.637	4.219.394	54,27	2,14
Benefícios a Pessoal	134.340	133.574	1,69	0,57
Encargos Patronais	840.691	809.560	10,59	3,85
Outras VPD - Pessoal e Encargos	44.918	33.188	0,57	35,34
Remuneração a Pessoal	3.289.689	3.243.073	41,43	1,44
Polícia Rodoviária Federal	2.891.796	2.758.721	36,42	4,82
Benefícios a Pessoal	197.755	192.977	2,49	2,48
Encargos Patronais	503.523	486.821	6,34	3,43
Outras VPD - Pessoal e Encargos	23.051	12.332	0,29	86,93
Remuneração a Pessoal	2.167.467	2.066.591	27,30	4,88
Ministério da Justiça e Segurança Pública	444.115	437.529	5,59	1,51
Benefícios a Pessoal	28.346	29.406	0,36	(3,61)
Encargos Patronais	56.997	54.733	0,72	4,14
Outras VPD - Pessoal e Encargos	18.424	15.723	0,23	17,18
Remuneração a Pessoal	340.349	337.667	4,29	0,79
Fundação Nacional do Índio	281.118	430.572	3,54	(34,71)
Benefícios a Pessoal	13.029	12.317	0,16	5,79
Encargos Patronais	33.949	36.322	0,43	(6,53)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.534	1.247	0,02	23,01
Remuneração a Pessoal	232.606	380.686	2,93	(38,90)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	13.742	13.351	0,17	2,93
Benefícios a Pessoal	583	655	0,01	(11,07)
Encargos Patronais	1.300	1.327	0,02	(2,04)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.002	496	0,01	102,04
Remuneração a Pessoal	10.857	10.873	0,14	(0,14)
Total Geral	7.940.408	7.859.567	100,00	1,03

Fonte: Siafi.

Na análise comparativa da conta contábil “Outras VPD – Pessoal e Encargos”, contra o exercício de 2020, verifica-se um expressivo aumento nos gastos com pessoal requisitado de outros órgãos em todas as unidades, cuja maior representatividade em valores ocorre na Polícia Federal, totalizando 40,45% (R\$ 35.969 mil).

Destaca-se ainda o aumento substancial nos gastos com auxílio a participantes de cursos de formação na Polícia Rodoviária Federal, cujo aumento foi de 92,86% (R\$ 21.159 mil).

Tabela 19 – Outras VPD – Pessoal e Encargos

	R\$ milhares			
Outras VPD – Pessoal e Encargos	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	44.918	33.188	50,51	35,34
Auxílio a Participantes de Curso de Formação	8.948	8.541	10,06	4,77
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	35.969	24.646	40,45	45,94
Polícia Rodoviária Federal	23.051	12.332	25,92	86,93
Auxílio a Participantes de Curso de Formação	21.159	10.971	23,79	92,86
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.892	1.360	2,13	39,06
Ministério da Justiça e Segurança Pública	18.424	15.723	20,72	17,18
Pessoal Requisitado de Outros Entes	4.689	6.915	5,27	(32,19)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	13.735	8.808	15,45	55,93
Fundação Nacional do Índio	1.534	1.247	1,72	23,01
Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas	501	985	0,56	(49,11)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.033	262	1,16	294,19
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.002	496	1,13	102,04
Indenizações e Restituições Trabalhistas	147	88	0,17	67,59
Pessoal Requisitado de Outros Entes	445	358	0,50	24,38
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	410	50	0,46	715,26
Total Geral	88.929	62.985	100,00	1,03

Fonte: Siafi

Nota 12 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – DVP

No 4º trimestre de 2021, o total dos registros contábeis em "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos" está detalhado por órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, na “Tabela 20”. Representa 17,02% (R\$ 13.379.019 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas, sendo 93,08% (R\$ 12.453.614 mil) do referido montante registrado na Fundação Nacional do Índio, onde a maior parte, 64,31% (R\$ 8.009.170 mil) do total, foi registrada nas seguintes unidades:

- a) 38,22% (R\$ 4.759.552 mil) na Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira/ MT, relativo à desincorporação de ativos; e
 b) 26,09% (R\$ 3.249.618 mil) na Coordenação Regional de Roraima/ RR, relativo à reavaliação de bens imóveis.

Destacam-se tais impactos como os mais representativos e relevantes, correspondentes à 59,86% (R\$ 8.009.170 mil) do total registrado em "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos".

Tabela 20 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas – por órgão

R\$ milhares				
Conta Contábil/ Órgão	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas				
Reavaliação de Bens Imóveis	6.225.063	772.523	46,53	705,81
Fundação Nacional do Índio	6.207.250	739.492	46,40	739,39
Polícia Federal	521	15.999	0,00	-96,74
Polícia Rodoviária Federal	-	15.099	-	-100,00
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa não Tributária	256.414	1.075.172	1,92	-76,15
Conselho Administ. de Defesa Econômica	256.414	1.075.172	1,92	-76,15
Reavaliação de Bens Móveis	30.886	5.672	0,23	444,55
Polícia Federal	25.192	1.836	0,19	1272,27
Polícia Rodoviária Federal	3.235	3.836	0,02	-15,67
Conselho Administ. de Defesa Econômica	2.459	-	0,02	-
Total de "Reaval., Red. a Valor Recup. e Ajustes p/ Perdas"	6.512.363	1.853.367	48,68	251,38
Perdas com Alienação				
Perdas com Alienação de Bens Móveis	3.120	1.055	0,02	195,73
Polícia Rodoviária Federal	1.964	1.055	0,01	86,10
Polícia Federal	1.157	-	0,01	-
Perdas com Alienação de Softwares	17	-	0,00	-
Polícia Federal	17	-	0,00	-
Total de "Perdas com Alienação"	3.138	1.055	0,02	197,37
Perdas Involuntárias				
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	12.862	7.939	0,10	62,02
Polícia Federal	5.304	2.216	0,04	139,37
Polícia Rodoviária Federal	4.394	3.916	0,03	12,20
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.633	151	0,02	1639,63
Fundo Penitenciário Nacional	340	11	0,00	2879,91
Fundação Nacional do Índio	190	1.644	0,00	-88,42
Perdas Involuntárias com Estoques	65	2.063	0,00	-96,84
Polícia Federal	65	2.063	0,00	-96,84
Total de "Perdas Involuntárias"	12.927	10.002	0,10	29,25
Incorporação de Passivos				
Fundo Nacional de Segurança Pública	48.833	-	0,36	-
Polícia Rodoviária Federal	11.586	172	0,09	6626,30
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.236	2.051	0,02	57,72
Conselho Administ. de Defesa Econômica	1.998	4.631	0,01	-56,85
Fundação Nacional do Índio	313	7.373	0,00	-95,75
Polícia Federal	300	24	0,00	1131,91
Total de "Incorporação de Passivos"	66.266	14.252	0,50	364,95
Desincorporação de Ativos				
Fundação Nacional do Índio	6.245.860	553.576	46,68	1028,28
Fundo Penitenciário Nacional	219.412	8.121	1,64	2601,81
Fundo Nacional de Segurança Pública	160.825	16.575	1,20	870,28
Ministério da Justiça e Segurança Pública	58.082	95.131	0,43	-38,95
Polícia Federal	43.516	45.884	0,33	-5,16
Fundo Nacional Antidrogas	32.019	482	0,24	6538,53

Polícia Rodoviária Federal	12.060	163.408	0,09	-92,62
Conselho Administ. de Defesa Econômica	8.512	2.629	0,06	223,72
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	4.040	6.466	0,03	-37,52
Total de "Desincorporação de Ativos"	6.784.325	877.193	50,71	673,41
Total de "Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos"	13.379.019	2.770.948	100,00	382,83

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 4º trimestre de 2021, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 37,90% (R\$ 1.832.737 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípcas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na "Tabela 21" verifica-se que 97,71% (R\$ 1.790.752 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,18% (R\$ 1.652.700 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,82% (R\$ 180.037 mil).

Tabela 21 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

Receita Orçamentária Líquida	R\$ milhares	
	31/12/2021	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.652.700	90,18
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.616.215	88,19
Participação da União em Receita de Loteria Federal	13.554	0,74
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	11.579	0,63
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	11.352	0,62
Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	0	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	180.037	9,82
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	174.537	9,52
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	2.316	0,13
Participação da União em Receita de Loteria Federal	2.196	0,12
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	988	0,05
Total	1.832.737	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 4º trimestre de 2021, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 36,93% (R\$ 1.785.781 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

Destaca-se a participação da PRF na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica, correspondendo a 72,83% (R\$ 1.300.548 mil) do total da referida arrecadação, conforme evidenciado na "Tabela 22".

A receita líquida orçamentária relativa às Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 23,83% (R\$ 425.581 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais" e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e

coletivos.

A PRF e o FDD somaram 96,66% (R\$ 1.726.129 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 22 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

Receita Orçamentária Líquida	R\$ milhares	
	31/12/2021	AV (%)
Multas Previstas em Legislação Específica	1.328.386	74,39
Polícia Rodoviária Federal	1.300.548	72,83
Polícia Federal	22.054	1,23
Fundo Penitenciário Nacional	3.428	0,19
Fundo Nacional de Segurança Pública	2.012	0,11
Fundo Nacional Antidrogas	260	0,01
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	84	0,00
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	425.581	23,83
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	425.581	23,83
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	30.783	1,72
Fundo Penitenciário Nacional	30.783	1,72
Multas e Juros Previstos em Contratos	548	0,03
Polícia Rodoviária Federal	548	0,03
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	483	0,03
Polícia Federal	387	0,02
Fundo Nacional Antidrogas	97	0,01
Total	1.785.781	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 15 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -12.601.463 mil, em dezembro de 2021, foi impactado em 60,39% (R\$ -7.609.836 mil) pela PF e em 32,42% (R\$ -4.085.126 mil) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 23". Ambos os órgãos somaram 92,81% (R\$ -11.694.962 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

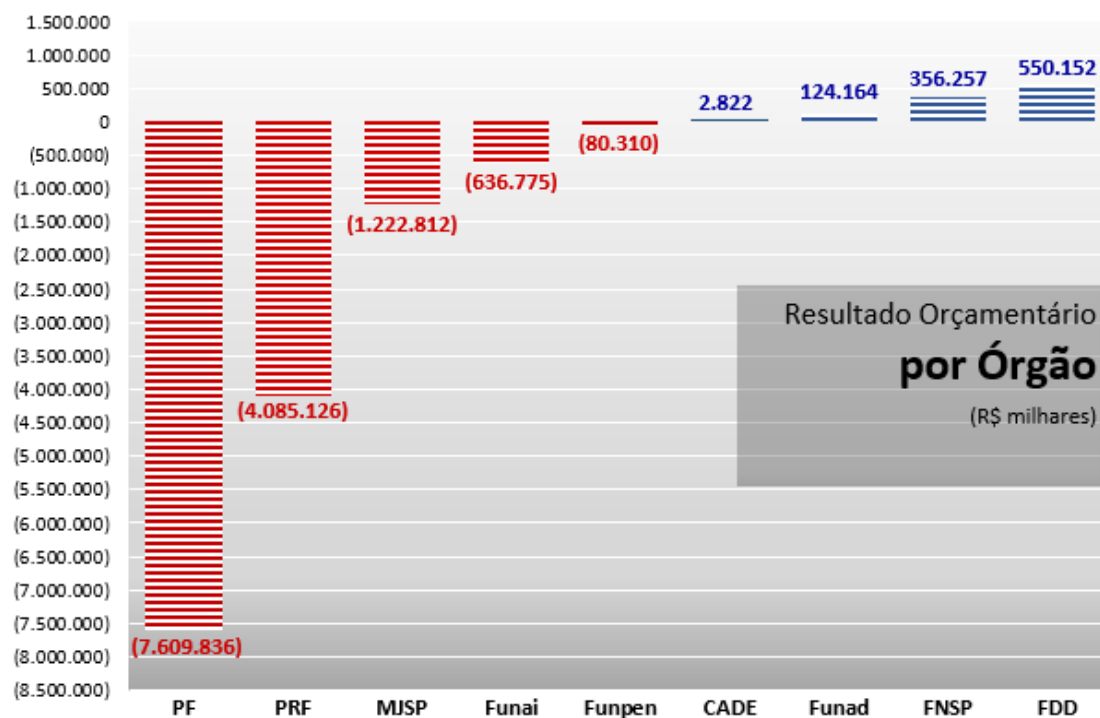
Ressalta-se que o déficit ocorre em razão do Órgão executar a maior parte de suas despesas com recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional. A esses, somam-se os recursos autorizados em orçamento para a execução de suas receitas arrecadadas

Tabela 23 – Resultado Orçamentário

Nome do Órgão	R\$ milhares			
	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	512.342	8.122.177	(7.609.836)	60,39
Polícia Rodoviária Federal	1.362.850	5.447.977	(4.085.126)	32,42
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.882	1.225.694	(1.222.812)	9,70
Fundação Nacional do Índio	874	637.649	(636.775)	5,05
Fundo Penitenciário Nacional	463.952	544.261	(80.310)	0,64
Conselho Administ. de Defesa Econômica	55.465	52.643	2.822	(0,02)
Fundo Nacional Antidrogas	142.300	18.136	124.164	(0,99)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.745.857	1.389.601	356.257	(2,83)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	555.228	5.076	550.152	(4,37)
Total	4.841.749	17.443.213	(12.601.463)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 15 – Resultado Orçamentário – por órgão



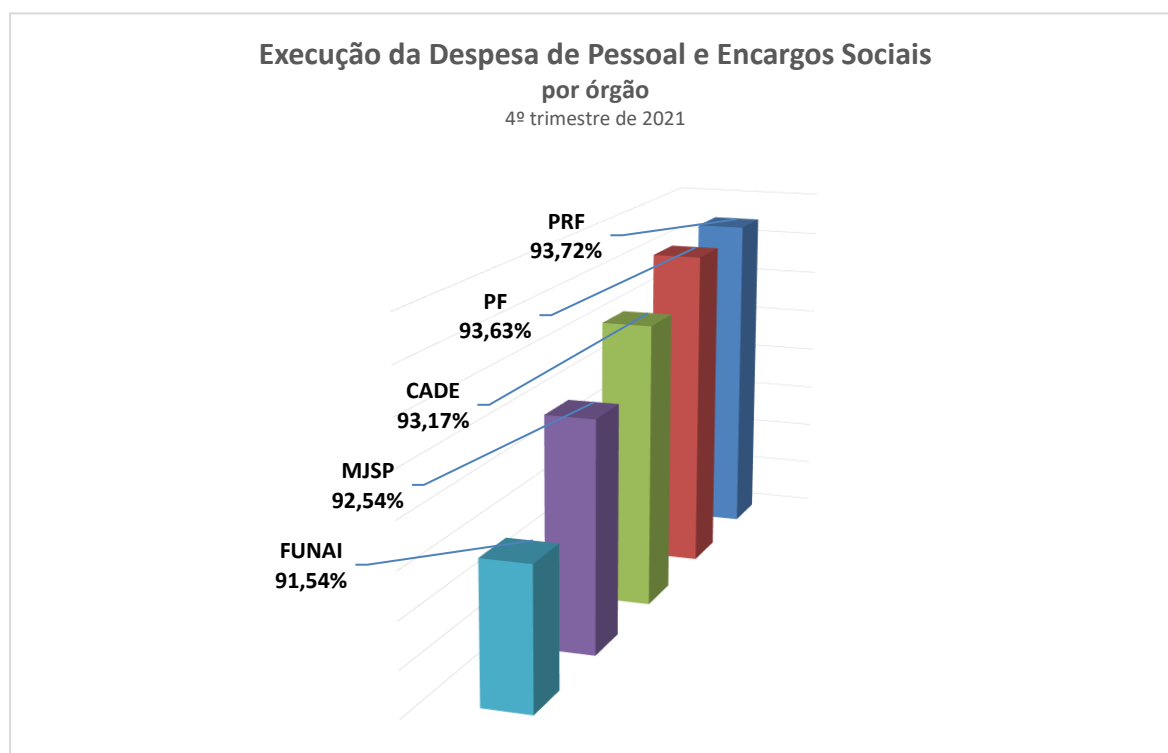
Fonte: Siafi.

Nota 16 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 93,54% (R\$ 11.160.585 mil) foram efetivamente pagas até o 4º trimestre de 2021, podendo ser verificado na "Tabela 24". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 16", onde destaca-se a PRF, com 93,72% de execução, seguida pela PF, com 93,63%.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PF foi responsável pelo maior volume, 54,84% (R\$ 6.542.883 mil), seguida pela PRF, com 37,05% (R\$ 4.420.475 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 91,89% (R\$ 10.963.358 mil) do total das despesas empenhadas.

Figura 16 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 24 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA A LIQUIDAR INSCRITA EM RPNP	DESPESA LIQUIDADADA A PAGAR EM RPP	DESPESA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	6.542.883	54,84	5.645	410.885	6.126.353	54,89	93,63
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.275.321	27,45	369	251.329	3.023.623	27,09	92,32
Aposentadorias e Pensões	2.382.120	19,97	226	140.229	2.241.666	20,09	94,10
Obrigações Patronais	826.749	6,93	147	419	826.183	7,40	99,93
Outras Despesas	58.693	0,49	4.903	18.908	34.882	0,31	59,43
PRF	4.420.475	37,05	-	277.468	4.143.007	37,12	93,72
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.128.150	17,84	-	163.474	1.964.676	17,60	92,32
Aposentadorias e Pensões	1.777.402	14,90	-	107.217	1.670.184	14,97	93,97
Obrigações Patronais	497.956	4,17	-	-	497.956	4,46	100,00
Outras Despesas	16.968	0,14	-	6.777	10.191	0,09	60,06
MJSP	546.604	4,58	3.407	37.354	505.843	4,53	92,54
Vencimentos e Vantagens Fixas	326.152	2,73	739	24.180	301.234	2,70	92,36
Aposentadorias e Pensões	140.185	1,17	587	10.206	129.391	1,16	92,30
Obrigações Patronais	57.017	0,48	915	-	56.102	0,50	98,39
Outras Despesas	23.250	0,19	1.166	2.968	19.116	0,17	82,22
FUNAI	406.981	3,41	4.908	29.530	372.543	3,34	91,54
Vencimentos e Vantagens Fixas	170.979	1,43	202	16.111	154.666	1,39	90,46
Aposentadorias e Pensões	191.471	1,60	-	10.719	180.752	1,62	94,40
Obrigações Patronais	38.425	0,32	4.602	-	33.824	0,30	88,02
Outras Despesas	6.106	0,05	105	2.700	3.301	0,03	54,06
CADE	13.781	0,12	38	904	12.839	0,12	93,17
Vencimentos e Vantagens Fixas	10.257	0,09	-	687	9.571	0,09	93,31
Aposentadorias e Pensões	750	0,01	-	58	692	0,01	92,31
Obrigações Patronais	1.299	0,01	-	-	1.299	0,01	100,00
Outras Despesas	1.474	0,01	38	159	1.277	0,01	86,61
Total Geral	11.930.724	100,00	13.998	756.140	11.160.585	100,00	93,54

Fonte: Siafi.

Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 25”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 26”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 25 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/12/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	31/12/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	55.064.488	100,00	17.744.644	100,00	37.319.845	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	51.322.906	93,21	16.875.405	95,10	34.447.500	92,30
Cota Recebida	16.875.392	30,65	16.875.392	95,10	0	0,00
Repasso Recebido	16.453.746	29,88	0	0,00	16.453.746	44,09
Sub-repasso Recebido	14.984.900	27,21	0	0,00	14.984.900	40,15
Repasso Devolvido	3.007.531	5,46	14	0,00	3.007.518	8,06
Sub-repasso Devolvido	1.336	0,00	0	0,00	1.336	0,00
Independentes da Exec. Orçamentária	3.741.583	6,79	869.238	4,90	2.872.344	7,70
Transf. Receb. para Pagto de RP	3.065.832	5,57	869.238	4,90	2.196.594	5,89
Demais Transferências Recebidas	132.340	0,24	0	0,00	132.340	0,35
Movimento de Saldos Patrimoniais	542.340	0,98	0	0,00	542.340	1,45
Movim. para Incorporação de Saldos	1.071	0,00	0	0,00	1.071	0,00

Fonte: SIAFI.

Tabela 26 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

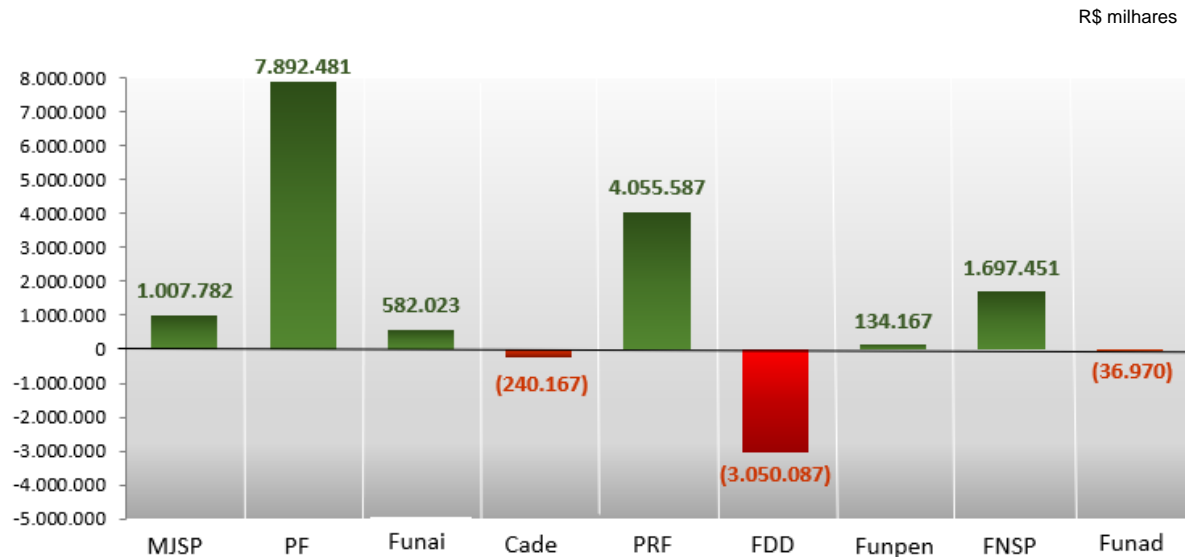
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/12/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	31/12/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	43.022.221	100,00	5.702.376	100,00	37.319.845	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	37.569.858	87,33	3.122.358	54,76	34.447.500	92,30
Repasso Concedido	16.487.685	38,32	33.938	0,60	16.453.746	44,09
Sub-repasso Concedido	14.984.900	34,83	0	0,00	14.984.900	40,15
Cota Devolvida	3.088.419	7,18	3.088.419	54,16	0	0,00
Repasso Devolvido	3.007.518	6,99	0	0,00	3.007.518	8,06
Sub-repasso Devolvido	1.336	0,00	0	0,00	1.336	0,00
Independentes da Exec. Orçamentária	5.452.363	12,67	2.580.019	45,24	2.872.344	7,70
Transf. Conced. para Pagto de RP	2.196.594	5,11	0	0,00	2.196.594	5,89
Demais Transferências Concedidas	194.646	0,45	62.307	1,09	132.340	0,35
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.060.052	7,11	2.517.712	44,15	542.340	1,45

Fonte: SIAFI.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 17” a seguir.

Figura 17 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



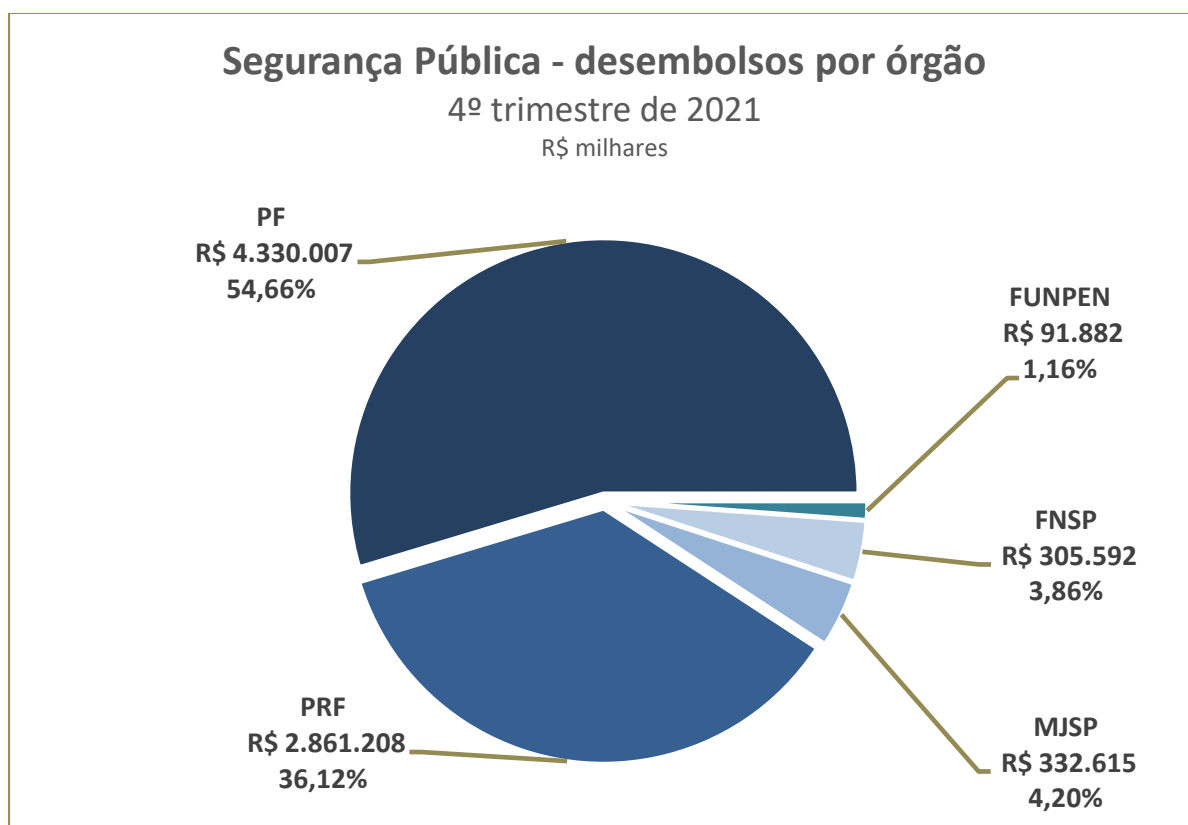
Fonte: Siafi

Nota 18 – Segurança Pública - DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 13,04% (R\$ 7.921.304 mil), no 4º trimestre de 2021, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,66% (R\$ 4.330.007 mil) e 36,12% (R\$ 2.861.208 mil), somando 90,78% (R\$ 7.191.215 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 18”.

Figura 18 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 57,27% (R\$ 4.536.732 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme "Tabela 27".

Tabela 27 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

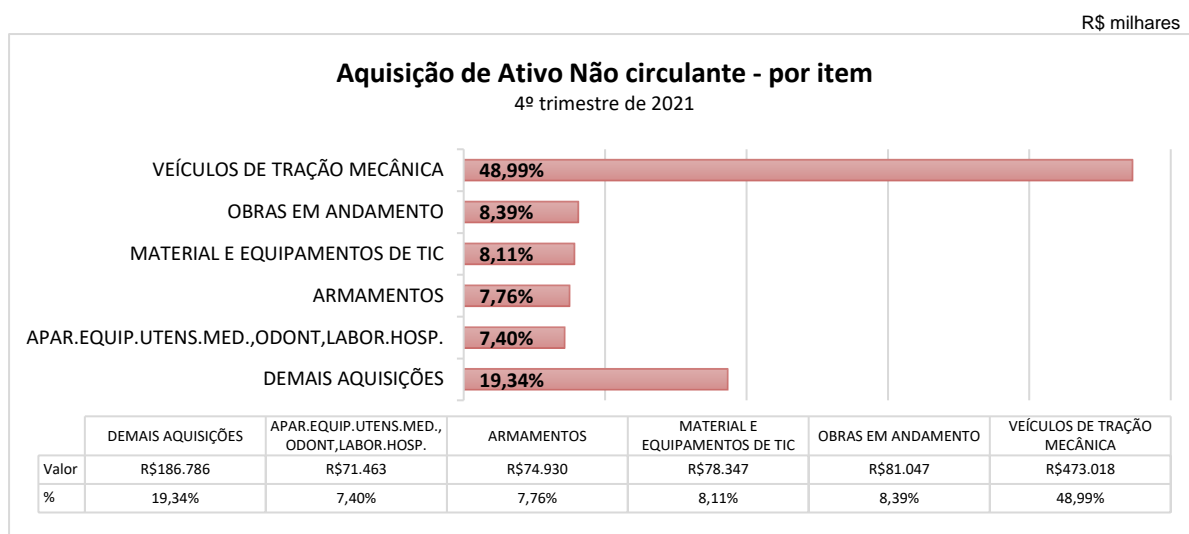
Natureza da Despesa						R\$ milhares	
	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	FUNPEN (%)	MJSP (%)	Total (%)	Total Geral (R\$)
Subsídios	34,03%	23,24%	0,00%	0,00%	0,00%	57,27%	4.536.732
Demais desembolsos	20,64%	12,88%	3,86%	1,16%	4,20%	42,73%	3.384.572
Total	54,66%	36,12%	3,86%	1,16%	4,20%	100,00%	7.921.304

Fonte: Siafi.

Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 92,04% (R\$ 965.591 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em dezembro de 2021. Nesse sentido, a aquisição de veículos de tração mecânica representou 48,99% (R\$ 473.018 mil) do total das aquisições, como evidenciado na "Figura 19". Desse montante, a PF representou 47,93% (R\$ 226.727 mil) e o FNSP 27,71% (R\$ 131.078 mil), totalizando 75,64% (R\$ 357.806 mil).

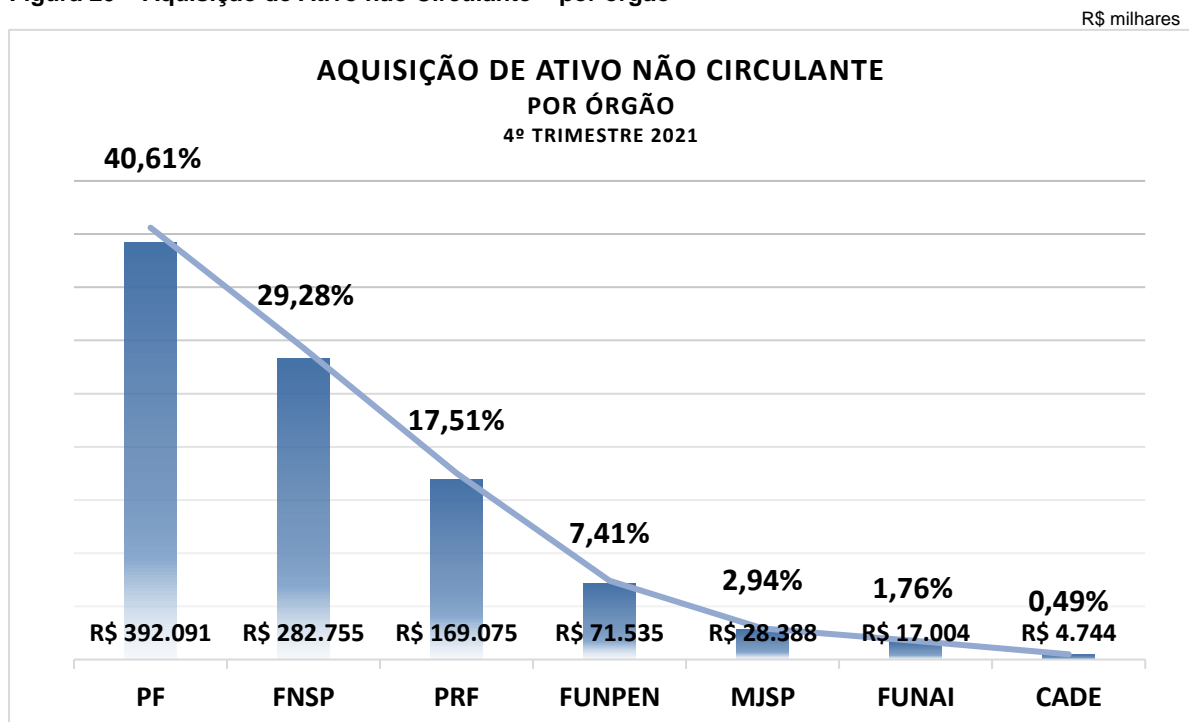
Figura 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi.

Na “Figura 20” evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PF obteve maior saldo ao final do 4º trimestre de 2021, 40,61% (R\$ 392.091 mil). Nesse sentido, destacou-se, também, o FNSP com 29,28% (R\$ 282.755 mil). Ambos em relação aos demais órgãos e ao valor total da rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. Cabe, ainda, acrescentar que a aquisição de veículos de tração mecânica foi o item que representou maior percentual nas aquisições da PF, do FNSP, da PRF e do Funpen.

Figura 20 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 20 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", R\$ 153.549.612 mil, em dezembro de 2021, representou 55,98% do saldo patrimonial líquido de 2021, sendo impactado principalmente por:

a) "Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos" e "Transferências Intragovernamentais Recebidas"; correspondentes, respectivamente, a 72,54% (R\$ 168.411.193 mil) e 23,72% (R\$ 55.070.169 mil), somando 96,27% (R\$ 223.481.361 mil) das variações patrimoniais aumentativas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas nº 10 e nº 17;

b) "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos" e "Transferências Intragovernamentais Concedidas"; correspondentes, respectivamente, a 17,02% (R\$ 13.379.019 mil) e 54,76% (R\$ 43.045.203 mil), somando 71,79% (R\$ 56.424.222 mil) das variações patrimoniais diminutivas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas nº 12 e nº 17.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", o impacto de R\$ -114.316.965 mil apresentado na DMPL, justificou-se em 99,70% (R\$ -113.973.489 mil) por lançamentos contábeis relativos às reavaliações de bens imóveis, registrados na unidade gestora da Funai - Diretoria de Proteção Territorial (194151), cujos acertos foram realizados somente ao final do exercício de 2021, diluídos entre diversas unidades gestoras do órgão, em atendimento à solicitação de auditoria da CGU, conforme detalhado na nota explicativa nº 05, de Bens Imóveis.